

**JÉSSICA DE FREITAS SANTOS**

**Gestão do patrimônio em São Paulo:  
valorização das referências históricas para a qualificação da paisagem urbana**

**São Paulo  
2019**

JÉSSICA DE FREITAS SANTOS

**Gestão do patrimônio em São Paulo:  
valorização das referências históricas para a qualificação da paisagem urbana**

Versão Corrigida

Monografia apresentada ao Programa de Educação Continuada da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo para obtenção do título de especialista em Planejamento e Gestão de Cidades.

São Paulo  
2019

JÉSSICA DE FREITAS SANTOS

**Gestão do patrimônio em São Paulo:  
valorização das referências históricas para a qualificação da paisagem urbana**

Monografia apresentada ao Programa de Educação Continuada da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo para obtenção do título de especialista em Planejamento e Gestão de Cidades.

Áreas de concentração: Patrimônio Histórico; Planejamento Urbano; Gestão Urbana; Paisagem Urbana; Preservação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> MSc. Maria Teresa Diniz

São Paulo  
2019

### Catálogo-na-publicação

Santos, Jéssica

Gestão do patrimônio em São Paulo: valorização das referências históricas para a qualificação da paisagem urbana / J. Santos -- São Paulo, 2019.  
118 p.

Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão de Cidades) -  
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. PECE – Programa de  
Educação Continuada em Engenharia.

1.Patrimônio Histórico 2.Planejamento Urbano 3.Gestão Urbana  
4.Paisagem Urbana 5.Preservação I.Universidade de São Paulo. Escola  
Politécnica. PECE – Programa de Educação Continuada em Engenharia II.t.

*Aos meus pais, Rivaldo e Izildinha, e à  
minha irmã Valéria por todo o estímulo.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me sustentar durante todo o caminho.

Aos meus amigos e familiares que compreenderam pacientemente a minha ausência, enquanto produzia este trabalho.

À professora Maria Teresa Diniz pela orientação e por toda atenção despendida na elaboração desta pesquisa, fazendo-se presente sempre que necessário e elaborando sempre as perguntas certas.

A todos os professores do curso de Planejamento e Gestão de Cidades e aos meus colegas de curso, que nos inúmeros trabalhos realizados me fizeram crescer intelectualmente.

A todos que fizeram parte desta etapa da minha formação acadêmica, o meu sincero obrigado.

*O Tejo é mais belo do que o rio que corre pela minha aldeia,  
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia  
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.*

Fernando Pessoa

## RESUMO

SANTOS, J. F. **Gestão do patrimônio em São Paulo:** valorização das referências históricas para a qualificação da paisagem urbana. 2019. 118 p. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão de Cidades) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente trabalho busca compreender como a relação patrimonial e de pertencimento à cidade pode melhorar o relacionamento dos cidadãos com o ambiente urbano onde se inserem, e ajudar a valorizar as referências urbanas por meio da preservação do patrimônio arquitetônico para a qualificação dos espaços públicos. Utilizando como recorte territorial o bairro Santa Ifigênia, buscamos identificar os problemas e qualidades dos espaços atrelados ao patrimônio existente no perímetro do bairro, visando identificar quais itens devem ser estudados e abordados pela proposta para o tombamento do bairro. A motivação para a escolha do tema surge da necessidade de intensificar o interesse por parte da Gestão Pública, de abordar temas como *Identidade Cultural* e *Coesão Social*. O Poder Público pode estimular e fortalecer programas e agendas específicas, junto aos órgãos de proteção e de preservação ao patrimônio, as quais visem desenvolver reflexões e ações que fortaleçam a identificação, a valorização e a preservação da memória dos lugares. Programas com esse caráter podem mudar a relação que o cidadão tem com o patrimônio e ao mesmo tempo transformar a relação dos mesmos com a cidade. Atualmente na cidade de São Paulo, temos diversos exemplos onde exemplares do patrimônio arquitetônico, estando inseridos na malha urbana da cidade, não possuem interação alguma com o espaço público. Resgatar a boa convivência com o patrimônio edificado e o sentimento de pertencimento à cidade, é uma das formas de requalificar e recuperar os espaços, regeneração essa que se faz tão necessária atualmente visto à crescente busca da população por espaços abertos na cidade. Sendo assim, este trabalho busca contribuir com a melhoria da gestão do patrimônio na cidade de São Paulo, bem como incentivar políticas públicas transversais acerca da produção dos espaços públicos existentes na cidade.

**Palavras-chave:** Patrimônio Histórico; Planejamento Urbano; Gestão Urbana; Paisagem Urbana; Identidade Cultural; Preservação.

## ABSTRACT

SANTOS, J. F. **Heritage management in São Paulo**: appreciation of the historical references for the qualification of the urban landscape. 2019. 118 p. Monograph (Certificate Course in Planning and City Management) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The present work seeks to understand how the patrimonial relation and belonging to the city can improve the relationship of the citizens with the urban environment where they are inserted and help to valorize the urban references through the preservation of the architectural patrimony for the qualification of the public spaces. Using as a territorial cut, the Santa Ifigênia neighborhood, we sought to identify the problems and qualities of the spaces linked to the patrimony existing in the perimeter of the neighborhood, aiming to identify which items should be studied and approached by the proposal for the tumbling of the neighborhood. The motivation to choose the theme arises from the need to intensify the interest of Public Management, to address issues such as Cultural Identity and Social Cohesion. The Public Power can stimulate and strengthen specific programs and agendas, together with the organs of protection and preservation of the patrimony, which aim to develop reflections and actions that strengthen the identification, valorization and preservation of the memory of places. Programs with this character can change the relation that the citizen has with the patrimony and at the same time transform their relationship with the city. Currently in the city of São Paulo, we have several examples where examples of architectural patrimony, being inserted in the urban network of the city, have no interaction with the public space. Rescuing the good coexistence with built heritage and the feeling of belonging to the city is one of the ways to requalify and recover spaces, a regeneration that is so necessary nowadays, because of the growing search of the population for open spaces in the city. Therefore, this work seeks to contribute to the improvement of the management of the patrimony in the city of São Paulo, as well as to encourage transversal public policies about the production of the existing public spaces in the city.

**Keywords:** Historical Heritage; Urban Planning; Urban Management; Urban Landscape; Cultural Identity; Preservation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Municípios mais urbanizados do Brasil. ....	19
Figura 2: Diferenças entre Patrimônio Privado e Patrimônio Público.....	20
Figura 3: Definições de patrimônio histórico.....	21
Figura 4: As cinco ordens da arquitetura, desenho por Sebastiano Serlio (1544). ...	23
Figura 5: Partenon em Atenas, desenho por Jacob Spon (1676). ....	23
Figura 6: Coliseu, Roma. ....	25
Figura 7: Depredação no Arco do Triunfo, Paris .....	28
Figura 8: Manifestantes colocam fogo no prédio do Ministério da Agricultura, em Brasília durante protesto. ....	28
Figura 9: Paço Imperial, no Rio de Janeiro, amanhece pichado após baile funk realizado na Praça XV de Novembro. ....	29
Figura 10: Fachada do Pátio do Colégio é pichada em ato de vandalismo. ....	29
Figura 11: <i>Liceu de Artes e Ofícios, São Paulo, 2014.</i> ....	31
Figura 12: Museu da Língua Portuguesa, São Paulo, 2015. ....	31
Figura 13: Incêndio no Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2018.....	32
Figura 14: Organograma do IPHAN. ....	37
Figura 15: Bens tombados pelo IPHAN.....	38
Figura 16: Copa do Mundo sediada no Brasil, 2014.....	43
Figura 17: Bloco de carnaval em Salvador. ....	44
Figura 18: Virtudes cívicas do capital social. ....	45
Figura 19: Manifesto Ocupe Estelita, Recife, 2013.....	46
Figura 20: Espaço Social, Anfiteatro do Parque Villa-Lobos.....	48
Figura 21: Lugar.....	49
Figura 22: Sesc Pompéia.....	50
Figura 23: Planta tátil em Barcelona (Espanha) .....	51

Figura 24: Placas informativas contam a história das margens do Lago Léman, em Lausanne (Suíça).....	51
Figura 25: Maquete de metal representa o centro histórico de Munique (Alemanha) .....	52
Figura 26: Parquinho viabilizado pelo Instituto A Cidade Precisa de Você. ....	55
Figura 27: Taxas de crescimento populacional dos Distritos Administrativos em relação à taxa de crescimento do Município de São Paulo, 2000/2010.....	56
Figura 28: Manifestações contra o aumento da tarifa.....	58
Figura 29: Manifestações de mulheres contra presidenciável no Largo da Batata. ..	59
Figura 30: Bloco Acadêmicos do Baixo Augusta, 2013. Blocos de carnaval voltam a ocupar as ruas de São Paulo. ....	60
Figura 31: Horta Comunitária da Saúde. ....	60
Figura 32: Monumento à Independência em São Paulo nos anos de 1960.....	63
Figura 33: Skatistas em frente ao Monumento à Independência em São Paulo.....	63
Figura 34: Praça Senador Figueira, Ceará, requalificada em setembro de 2016.....	65
Figura 35: Realizações do PAC Cidades Históricas .....	66
Figura 36: Reportagem sobre obras do PAC, dezembro de 2017. ....	67
Figura 37: Gráfico da conclusão das obras do PAC Cidades Históricas a partir de 2013.....	68
Figura 38: Vila de Paranapiacaba. ....	69
Figura 39: Obras paralisadas na Vila de Paranapiacaba.....	71
Figura 40: Cortiço no bairro de Santa Ifigênia .....	74
Figura 41: Prédio dos estúdios da Rádio Cultura, 1939 .....	75
Figura 42: Cracolândia, localizada na Alameda Cleveland.....	77
Figura 43: Ocupação da rua Mauá.....	78
Figura 44: Sala São Paulo .....	81
Figura 45: Bar Leo .....	82

Figura 46: Polígono de Proteção do bairro de Santa Ifigênia .....	84
Figura 47: Palacete Helvetia .....	86
Figura 48: Bar e Restaurante Soberano, 2017. ....	88
Figura 49: Bar e Restaurante Soberano, 1970. ....	89

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CAIXA	Caixa Econômica Federal
Condephaat	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.
Conpresp	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico
FLM	Frente de Luta por Moradia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPL	Movimento Passe Livre
MSTC	Movimento Sem Teto do Centro
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UPPH	Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 – PATRIMÔNIO, PAISAGEM URBANA E GESTÃO.....	18
1.1. MEMÓRIA, CIDADANIA E GESTÃO DO PATRIMÔNIO.....	18
CAPÍTULO 2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO.....	33
2.1. ENTENDENDO A ESTRUTURA E OS PROCESSOS.....	33
CAPÍTULO 3 – PERTENCER À CIDADE.....	42
3.1. IDENTIDADE CULTURAL E COESÃO SOCIAL.....	42
3.2. INTERAÇÕES SOCIAIS E ESPACIALIDADES.....	48
3.3. GESTÃO DA PAISAGEM URBANA E DOS ESPAÇOS EM SÃO PAULO.....	52
3.3.1. REIVINDICAÇÕES PELA CIDADE.....	55
3.3.2. INTERAÇÕES BARRADAS PELO MEDO: PAISAGEM URBANA E PATRIMÔNIO EM CONFLITO.....	61
CAPÍTULO 4 – PAC CIDADES HISTÓRICAS.....	64
4.1. CONHECENDO O PROGRAMA.....	64
4.2. A VILA DE PARANAPIACABA.....	68
CAPÍTULO 5 – O BAIRRO DE SANTA IFIGÊNIA.....	73
5.1. DESENVOLVIMENTO URBANO DO BAIRRO.....	73
5.2. PAISAGEM URBANA DO BAIRRO E SUAS INTERAÇÕES COM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....	79
5.3. O PROCESSO DE TOMBAMENTO: UMA ANÁLISE DOS ESTUDOS REALIZADOS.....	83
REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
ANEXOS.....	110
ANEXO A – Conceitos.....	110

ANEXO B – Crescimento populacional 2000-2010 segundo Distrito Administrativo .....	111
ANEXO C – Gráfico do desenvolvimento das obras do PAC Cidades Históricas	112
ANEXO D – Obras concluídas pelo PAC Cidades Históricas.....	113
ANEXO E – Elementos listados para a preservação.....	115
ANEXO F – Lista dos 32 imóveis sugeridos para inclusão.....	118

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de intensificar o debate acerca da gestão do patrimônio, buscando reflexões que possam fortalecer a identificação, a valorização e a preservação da memória dos lugares, transformando e fortalecendo a relação que o cidadão tem com o patrimônio histórico e com a cidade.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho aborda nos seus primeiros capítulos os conceitos e as definições gerais de patrimônio, paisagem urbana e gestão, bem como os pontos de interseção entre eles. Entendendo como se estabeleceram os critérios para a proteção do patrimônio histórico, podemos refletir como essa ação influencia a construção do espaço urbano. Após elucidar os conceitos gerais, apresenta-se a estrutura e os processos que envolvem a preservação do patrimônio histórico no Brasil, as definições e os conceitos dos termos relacionados ao tema, bem como a composição dos concelhos e órgãos responsáveis no país. Igualmente necessário se faz abordar os conceitos dos termos *identidade cultural* e *coesão social*, e de que forma a preservação do patrimônio de nossas cidades pode contribuir para estabelecer e reforçar a identidade de um povo. Procura-se entender como esses dois conceitos, unidos ao reconhecimento dos bens patrimoniais pela sociedade pode melhorar a dinâmica e a paisagem urbana de nossas cidades.

Os estudos de caso escolhidos para este trabalho são o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) direcionado para as Cidades Históricas, e o processo de tombamento pelo qual passa o bairro de Santa Ifigênia. Uma avaliação sobre o PAC pode proporcionar o início de um debate sobre o que pode ser reproduzido em novos programas para áreas históricas, bem como do que deve ser revisto nos existentes. Já a análise do processo de tombamento que contemplará o desenvolvimento urbano do bairro, seus aspectos sociais, a paisagem urbana e suas interações com o patrimônio histórico, busca contribuir com um diagnóstico dos estudos que vêm sendo realizados para o tombamento, pontuando tanto aspectos positivos, quanto negativos desse processo.

Sendo assim, espera-se com esse trabalho fomentar o debate sobre a construção da paisagem urbana da nossa cidade, contribuindo com a melhora na gestão do

patrimônio histórico e incentivando a transversalidade das políticas públicas em São Paulo.

## CAPÍTULO 1 – PATRIMÔNIO, PAISAGEM URBANA E GESTÃO

Neste capítulo serão abordados os conceitos e definições gerais de patrimônio, paisagem urbana e gestão, bem como os pontos de interseção entre eles. Buscando entender como se estabeleceram os critérios de proteção do patrimônio histórico e a evolução da prática do restauro como disciplina ao longo dos séculos, podemos refletir sobre o ato de preservar, e como essa ação influencia a construção do espaço urbano.

### 1.1. MEMÓRIA, CIDADANIA E GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Por que motivo alguns edifícios, em detrimento de outros, são escolhidos para serem preservados nas cidades? Por que esses edifícios são mais importantes? A resposta mais clara e direta que nos vem à mente é: preservamos, pois são construções e elementos importantes para a nossa história e para construção de uma identidade cultural e social. Mas para quem esses edifícios são importantes? Parte de quem a escolha por preservá-los? De maneira geral, podemos dizer que vem de nós – a sociedade – a escolha dos bens que são preservados, e que, em contrapartida, também parte de nós a escolha de ‘apagar’ ou ‘esquecer’ outros.

Para Assal (2017) é importante pontuar que essas escolhas, ao longo dos anos partiram, muitas vezes, de esferas de poder e de disputa política. Algumas escolhas de exemplares a serem preservados nem sempre se deram por sua real importância histórica e/ou cultural para uma nação.

Pensar o patrimônio histórico nos dias atuais, nem sempre é uma tarefa simples. A cidade de São Paulo se apresenta hoje como uma oportunidade interessante para se aprofundar no tema; em apenas um século, a cidade passou por grandes transformações urbanas, o que torna sua construção histórica instigante. Segundo estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)<sup>1</sup>, São Paulo é o município mais urbanizado do país, e, de

---

<sup>1</sup> A delimitação e a quantificação das áreas urbanas de todos os municípios brasileiros está disponível em arquivo vetorial no site da Embrapa Gestão Territorial no endereço: [http://geoinfo.cnpm.embrapa.br/layers/geonode%3Aareas\\_urbanas\\_b](http://geoinfo.cnpm.embrapa.br/layers/geonode%3Aareas_urbanas_b)

acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é também o município mais populoso do Brasil, com 12,2 milhões de habitantes. Esses dados são importantes para a elaboração de políticas públicas, estudos demográficos, projetos de desenvolvimento urbano e para a realização de investimentos em infraestrutura.

Figura 1: Municípios mais urbanizados do Brasil.



Fonte: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/11/24/area-urbana-abrange-menos-de-1-do-territorio-brasileiro/>.

Sendo assim, essa pesquisa pretende trazer para o debate a necessidade de melhorar a relação do cidadão com o patrimônio histórico presente em nossas cidades. No decorrer desta monografia, busca-se pontuar questões importantes tanto sobre o ato de preservar, quanto sobre como o patrimônio histórico se insere no cotidiano e nas transformações contínuas pelas quais passam as cidades, bem como acerca da construção do sentimento de pertencer à cidade. O fortalecimento dessa relação cidadão-patrimônio só trará benefícios para a paisagem urbana e para a cidade como um todo.

Para darmos prosseguimento à pesquisa, é importante esclarecermos os diferentes significados que patrimônio pode ter, para evitarmos confusões acerca de seus conceitos. No dicionário Aurélio, encontramos o significado de patrimônio como

“um conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa jurídica; o que é considerado como herança comum”. Os conceitos a seguir já nos indicam uma diferença importante entre dois tipos de patrimônio, o privado e o público.

Figura 2: Diferenças entre Patrimônio Privado e Patrimônio Público.

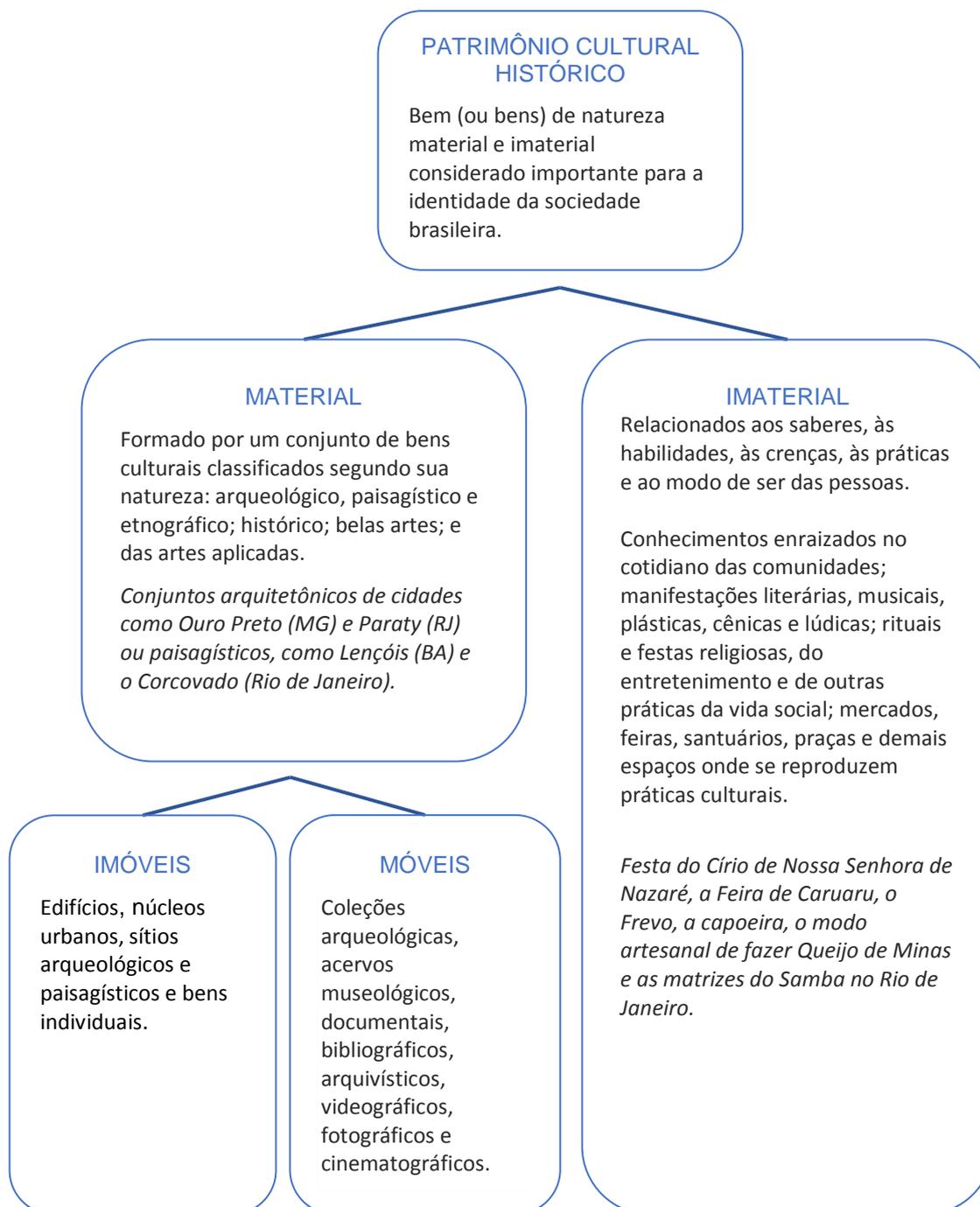


Fonte: Produzido pela autora partir de dados do site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>

O patrimônio pode ser tratado como algo individual, que diz respeito a cada um de nós, porém, quando apoiado em nossas percepções e sentimentos, pode-se aderir ao termo para tratarmos de algo coletivo, comum a todos. O patrimônio privado depende na maioria das vezes de seu dono, salvo exceção quanto se trata de um patrimônio histórico. Já o público configura um relacionamento mais distante, pois sua gestão é definida e determinada por mais de uma pessoa, mesmo quando a coletividade que o envolve possui laços fortes e precisos.

O patrimônio histórico, por sua vez, pode ser tanto público quanto privado. As ações de preservação podem ser feitas voluntariamente – a pedido do proprietário ou com a autorização do mesmo após a notificação dos órgãos públicos – ou compulsoriamente, quando o proprietário se recusa a autorizar as ações de preservação.

Figura 3: Definições de patrimônio histórico.



Fonte: Produzido pela autora partir de dados do site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>

Cabe pontuar que essa pesquisa tratará prioritariamente das questões que são pertinentes ao patrimônio cultural histórico, sua gestão, preservação, inserção no tecido urbano, relação com a sociedade entre outros temas pertinentes.

Assal (2017) afirma que foi no decorrer do século XV, durante o Renascimento, que se olhou pela primeira vez para a ideia de antiguidade, e que a humanidade começou a construir a ideia de uma distinção entre o presente e o passado. É a partir desse momento que se desenvolve um processo de mudanças pelo modo de se lidar com o legado arquitetônico de épocas precedentes.

O amplo movimento de renovação intelectual que o Renascimento trouxe era baseado parcialmente na imitação de modelos antigos. Ao mesmo tempo, esse movimento é acompanhado pela tomada de consciência do indivíduo e de sua capacidade de emancipação das concepções da Idade Média. É nesse período que a atenção da Europa se volta para a cultura do passado, principalmente a clássica, o que para Choay<sup>2</sup>, configura um movimento de intenso estudo sobre antiguidades e quaisquer objetos que pudessem representar as raízes do homem europeu.

De acordo com Choay (1992, p. 66)

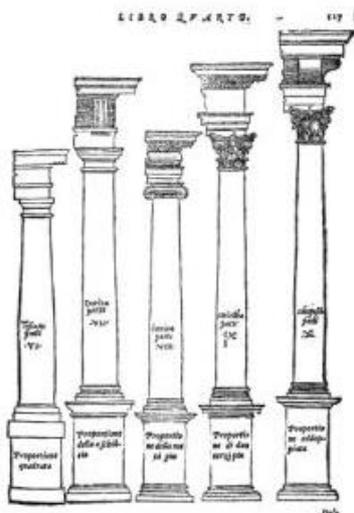
Assim se constitui um imenso corpus de objetos que engloba sucessivamente as inscrições, as moedas, os selos, ornatos que servem de moldura, todos os acessórios da vida cotidiana, pública ou privada, e os grandes edifícios religiosos, honoríficos ou utilitários.

Os registros de desenhos dessa época demonstram o cuidado e a profundidade com que eram realizados os estudos das obras existentes. Além da busca pela representação – muitas vezes idealizada –, essas referências eram tidas como a tipologia do que deveria ser reproduzido para as próximas construções, revelando uma abordagem comparada à das ciências naturais, buscando uma representação exata dos edifícios e a descrição fiel e confiável dos objetos.

---

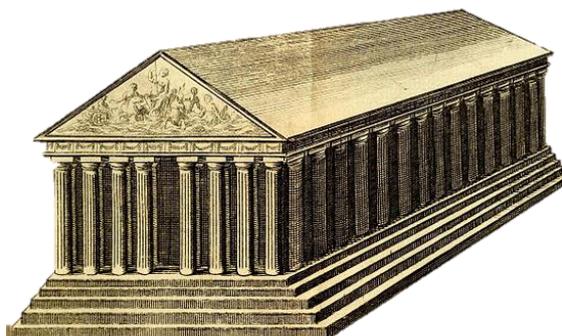
<sup>2</sup> Historiadora francesa (Paris, 1925), autora das teorias e formas urbanas e arquitetônicas e professora de urbanismo, arte e arquitetura na *Université de Paris VIII*.

Figura 4: As cinco ordens da arquitetura, desenho por Sebastiano Serlio (1544).



Fonte: Perrone (2011, p. 193).  
Manuais tidos como modelo para as próximas construções.

Figura 5: Partenon em Atenas, desenho por Jacob Spon (1676).



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parthenon,\\_J.Spon\\_%26\\_G.Wheeler\\_1679.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parthenon,_J.Spon_%26_G.Wheeler_1679.jpg).  
Desenhos feitos como representação do ideal.

Com o Renascimento, o paradigma do conhecimento sofre transformações e modifica o modo de se ver e pensar as artes e as coleções; as fronteiras entre as concepções de memória, patrimônio e de nação se tornam mais claras. A própria função memorial se transforma nessa época, quando a arte passa a ser associada ao belo e ao sagrado, gerando consequências para a concepção de patrimônio.

De acordo com Azzi (2011, p. 18)

Ao discutir as concepções de patrimônio cultural a partir de uma perspectiva histórica, observa-se que a cultura renascentista forneceu os antecedentes estéticos que possibilitaram fundamentar, nos séculos seguintes, a formação de instituições culturais, da consolidação da percepção estética e, conseqüentemente, de novas formas de pensar o patrimônio cultural.

O historiador Le Goff<sup>3</sup>, na sua série de verbetes sobre história e memória, faz uma articulação e constrói a ideia de que: história, memória e patrimônio são três elementos intrincados, impossíveis de serem entendidos de forma separada, e mais do que isso, que eles não possuem significados estáveis, os três elementos são o tempo todo reconstruídos e ressignificados socialmente. É justamente por serem o tempo todo reconstruídos que eles são objetos do presente, mantêm uma relação com o passado, mas também lançam olhares para o futuro. Segundo Le Goff (1984), o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história.

Acerca da evolução do restauro como disciplina e do ato de preservar, Pier Luigi Cervellati<sup>4</sup> propõe três fases onde ocorre uma transição de conceitos. Observa-se a construção de um percurso histórico relativamente linear, na tentativa de traçar como se desenvolvem ao longo do tempo, não apenas as teorias e as práticas do restauro, mas também como surgem novas formas de atribuição do valor patrimonial e da sua inserção nas formas políticas e sociais (ASSAL, 2017). São elas:

- a) monumentalista: meados do século XIX até 2ª Guerra Mundial;
- b) centro-historicista: 2ª Guerra Mundial até meados da década de 1970;
- c) cidade Contemporânea: a partir de 1975, com o Manifesto de Amsterdã.

Na primeira fase, chamada Monumentalista, a preservação recai sobre o edifício isolado, os edifícios emblemáticos nesse momento passam a ser vistos como monumentos históricos e artísticos e são valorizados por sua antiguidade e por sua beleza. É nesse momento que nasce a prática do restauro como disciplina. O Iluminismo, a construção do estado-nação moderna e os processos de destruição em larga escala causados pelas guerras e conflitos sociais, originam reflexões sobre a forma de valorizar a herança do passado; como escolher, sistematizar e tratá-la no presente.

Já na fase chamada por Cervellati de centro-historicista, o debate passa a ser sobre os centros históricos, mas ainda assim, o olhar da preservação incide sobre o monumento, sobre o edifício isolado como marco. Nesse momento, ocorre um

---

<sup>3</sup> Historiador francês (1924 - 2014), especialista em Idade Média.

<sup>4</sup> Arquiteto e urbanista italiano (Bolonha, 1936), professor de restauração, recuperação e desenvolvimento urbano na Faculdade de Artes da Universidade de Bolonha e Arquitetura da Universidade de Veneza.

deslocamento das lógicas nacionalistas para uma perspectiva mais internacional; é quando surge a ideia de bens da humanidade. Apesar do olhar ainda estar voltado para o monumento, a valorização dos centros urbanos históricos ganha força e o ato de preservar não se dá mais apenas pela significação estética ou histórica, mas pelo ponto de vista do tecido local, por dinâmicas particulares que merecem ser valoradas enquanto documento histórico.

O século XX vai marcar o surgimento do conceito do edifício como documento que não deve ser alterado e da conservação como modo de preservação. John Ruskin<sup>5</sup>, principal defensor desse pensamento, vai afirmar que a consolidação no restauro é, sim, parte importante no processo de conservação, mas que essa prática deveria ser feita com o mínimo de intervenção possível, devendo deixar aparente nos edifícios inclusive as marcas causadas pelo tempo. Todos esses conceitos foram consolidados na Carta de Atenas de 1931, sobre o restauro dos monumentos.

De acordo com Oliveira (2008, não paginado)

Acreditando que a degradação fazia parte da história da edificação e entendendo os processos de restauração como um tipo de agressão às mesmas, Ruskin sugeriu a manutenção periódica dos prédios históricos como forma de evitar os danos causados por intervenções de maior amplitude preservando a ação do tempo e o testemunho histórico.

Figura 6: Coliseu, Roma.



Fonte: <https://www.aprendizdeviajante.com/coliseu-em-roma-reabre-seus-andares-mais-altos-para-visitantes/>.

Os diferentes tipos de tijolos evidenciam o restauro estrutural realizado.

---

<sup>5</sup> Crítico de arte inglês (1819-1900).

No terceiro momento proposto por Cervellati, denominado Cidade Contemporânea, a preservação passa a ser inserida nos planos diretores e a ser planejada junto com o desenvolvimento urbano das cidades. O Manifesto de Amsterdã (1975) surge com a missão de se fazer entender as lógicas particulares de cada lugar, a descolonização de imaginários, e salienta que as discussões sobre planejamento são inseparáveis das discussões acerca do patrimônio.

É no início do século XX que se dá a construção da ideia de identidade nacional nos países da América Latina. Com as comemorações do Centenário da Independência no Brasil, começa-se a olhar para o passado e a tentar construir uma ideia do que culturalmente é possível dizer que essas nações são.

É importante frisar que essa construção de identidade em um país proveniente de relações coloniais, como é o caso do Brasil, gerou diversos impasses acerca das escolhas de uma arquitetura do passado a ser preservada, e de uma arquitetura que se propõe para o futuro. Nesse momento se escolhe o referencial de identidade brasileira, o barroco, que é carregado de signos do estado-novo; uma arquitetura barroca, de característica patriarcal, religiosa e de grande representação do estado. Identificar e reconhecer todo esse processo e essa construção acerca da prática do restauro é fundamental para realizar as intervenções que se fazem necessárias ao longo do tempo no patrimônio histórico.

O significado de cidade pode ser encontrado no dicionário Aurélio como “espaço delimitado por traçados geográficos, um conjunto de lugares com existência física, área urbanizada onde reside um número considerável de pessoas”, entre outras definições. Porém, muito mais do que uma aglomeração de espaços e distribuição de atividades relacionadas diretamente com a exploração do solo, a cidade está a cada dia se consolidando como um espaço de construção de memórias e de identidades; um lugar de experiências tanto individuais, quanto coletivas. Segundo Allucci (2014), o território estabelece-se para além de um espaço geográfico: é o espaço construído pelas relações sociais.

De acordo com o dicionário Aurélio, entende-se por memória: “faculdade de reter ideias, sensações e impressões, adquiridas anteriormente”. Apesar de na maioria das vezes associarmos a memória a um acontecimento individual e particular, devemos compreendê-la também como um fenômeno coletivo, proveniente de uma construção social. Le Goff (1990) diz que a memória, por

conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana.

Após entendermos o significado e os conceitos de cidade e de memória, podemos dizer que o patrimônio histórico é um importante objeto de interligação entre os mesmos. Através dele pode-se construir socialmente a memória de um lugar, de uma cidade, é por esse motivo que as noções de preservação estão quase sempre vinculadas às de lembrança e de memória. De acordo com Rocha (2012), o patrimônio possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele e, por isso, é alvo de estratégias que visam sua promoção e preservação.

A cidadania também tem papel importante na construção da relação entre o patrimônio histórico e o indivíduo. Conforme consta no dicionário Aurélio, o conceito de cidadania pode ser entendido por: “condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garante a participação na vida política, de quem é membro de um Estado”. A construção do sentimento de pertencer a um lugar, a uma cidade, passa também pelo reconhecimento das referências da sociedade que ali vive, como sendo representativos para cada indivíduo. Cada habitante deve reconhecer os símbolos da história como sendo seus, para posteriormente se enxergar como parte integrante do povo local. Segundo Pelegrini (2006), o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos, sentimento esse que acaba por assegurar a construção de uma identidade cultural.

Não é de hoje que vemos notícias de depredação e atos de vandalismo a edifícios e monumentos com valor histórico, tanto no Brasil, quanto em outros países. Algumas vezes, esses atos de vandalismo estão relacionados a protestos e manifestações de motivação política, como, por exemplo, nos protestos ocorridos recentemente na França, em Paris, onde o patrimônio histórico é muitas vezes indiretamente atingido da mesma forma que outros edifícios ou elementos sem este valor. Já em outros episódios, esses atos de depredação mostram a total falta de aproximação e de cuidado que a sociedade tem tido com o patrimônio histórico e com a cidade.

Figura 7: Depredação no Arco do Triunfo, Paris



Fonte: <https://veja.abril.com.br/mundo/franca-fechara-torre-eiffel-e-louvre-com-medo-de-novos-protestos-violentos/>.

Figura 8: Manifestantes colocam fogo no prédio do Ministério da Agricultura, em Brasília durante protesto.



Fonte: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/manifestantes-marcham-em-brasilia-pela-renuncia-de-temer-e-contra-reformas.ghtml>.

Figura 9: Paço Imperial, no Rio de Janeiro, amanhece pichado após baile funk realizado na Praça XV de Novembro.



Fonte: <http://biblioo.info/paco-imperial-depredado/>.

Figura 10: Fachada do Pátio do Colégio é pichada em ato de vandalismo.



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/fachada-do-pateo-do-collegio-e-pichada-em-ato-de-vandalismo.ghtml>.

Por quais motivos ou o que impede que a população valorize e se aproxime do seu patrimônio histórico? É importante que façamos esses questionamentos, para chegarmos ao cerne do problema. Ela o reconhece como seu? Como parte importante da construção da história da cidade? Torna-se cada dia mais importante

que essa interação seja discutida tanto pelo poder público, quanto pela sociedade de forma geral, para que os monumentos e edifícios sejam reconhecidos como peça importante na construção da história de um lugar, não somente pelos órgãos de proteção, mas também, pela população, que convive dia-a-dia com esses bens.

De acordo com Starling (2012) podemos elencar quatro modelos de gestão do patrimônio ao longo dos anos: preservação, conservação integrada, reabilitação urbana e governança deliberativa. A primeira tarefa da gestão do patrimônio é justamente a escolha dos bens, já que não é possível preservar e conservar tudo o que existe em nossas cidades. Os modelos atuais de gestão buscam um processo contínuo de compartilhamento de decisões entre o estado e a sociedade, trazendo para o cenário a inclusão de vários atores na escolha do que preservar e de como gerir o patrimônio histórico. Além do estado, vemos o aumento da participação do setor privado e da sociedade por meio de fóruns participativos e deliberativos que ampliam a participação de vários segmentos sociais nas decisões relativas ao setor.

De acordo com o *Manual de Referência para a Gestão do Patrimônio*, organizado pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) em 2016, em teoria, um sistema de gestão para o patrimônio histórico e cultural deve ajudar a conservar e gerir determinado bem ou grupo de bens a fim de proteger os valores desse patrimônio. O sucesso de um sistema de gestão depende muito da sua capacidade de, entre outras coisas, investir nas relações entre o patrimônio e a sociedade, examinando constantemente o motivo pelo qual, e o modo como o patrimônio histórico deve ser preservado, para quem e com quem.<sup>6</sup>

A falta de cuidado e o descaso com os acervos culturais, que visam preservar a memória do nosso povo, tem chamado a atenção nos últimos anos. De tempos em tempos, recebemos a notícia de museus e casas de cultura que estão definhando pela falta de investimento, sem contar os graves acidentes com incêndios.

---

<sup>6</sup> Manual de Referência – Gestão do Patrimônio Mundial Cultural. UNESCO, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual%20de%20Referencia%20-%20Gestao%20do%20Patrimonio%20Mundial%20Cultural.pdf>.

Figura 11: *Liceu de Artes e Ofícios, São Paulo, 2014.*



Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/02/incendio-destroi-acervo-do-liceu-de-artes-e-oficios-em-sp.html>.

Incêndio destrói acervo do Liceu de Artes e Ofícios. Fogo queimou quadros, esculturas, móveis e réplicas em gesso.

Figura 12: Museu da Língua Portuguesa, São Paulo, 2015.



Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/incendio-atinge-museu-da-lingua-portuguesa-em-sp-dizem-bombeiros.html>.

Incêndio atinge Museu da Língua Portuguesa. Chamas tomaram conta dos três andares e da cobertura.

Figura 13: Incêndio no Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2018.



Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghtml>

Estima-se que cerca de 20 milhões de itens foram totalmente destruídos. Fósseis, múmias, registros históricos e obras de arte viraram cinzas; o inventário após o incêndio ainda não havia sido concluído em Maio de 2019.

Apesar termos bons exemplos de gestão pública do patrimônio e do acervo cultural brasileiro, de certa forma esses casos exemplificam que ainda existem muitas falhas na gestão por parte do poder público, sendo preciso refletir sobre os recentes acontecimentos, para que não presenciemos novos casos nos próximos anos.

## **CAPÍTULO 2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO**

Neste capítulo serão abordados a estrutura e os processos que envolvem a preservação do patrimônio histórico no Brasil, apresentando também as definições e os conceitos dos termos relacionados ao tema. As informações aqui contidas foram retiradas dos sites dos órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio, bem como de material de apoio criado pelos mesmos para o esclarecimento da população acerca dos processos que envolvem a preservação.

### **2.1. ENTENDENDO A ESTRUTURA E OS PROCESSOS**

No Brasil, as primeiras medidas oficiais acerca da preservação do patrimônio histórico datam do ano de 1936, através da criação da SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que foi a principal responsável pela formação de uma identidade nacional; entre os artistas e intelectuais envolvidos na sua criação estavam Mário de Andrade, Lúcio Costa, Gustavo Capanema e Rodrigo Melo de Andrade.

Medeiros e Surya (2009) ressaltam que a necessidade de preservar o patrimônio arquitetônico no Brasil manifesta-se em um movimento de valorização da cultura nacional e propostas de proteção desses bens, onde o patrimônio passa a ser carregado de simbolismo. De fato, é a partir da década de 1920 que a discussão sobre o nacional ganha força e que se passa a trabalhar para escolher e preservar uma arquitetura do passado e adotar uma arquitetura do que se propõe para o futuro.

A década de 1970 trouxe mudanças na forma de gerir o patrimônio nacional. Segundo Meira (2006) foi nesse momento que os municípios passaram a assumir as políticas de preservação, que até o momento eram apenas de responsabilidade do governo federal. A Constituição de 1988 veio finalmente afirmar no seu artigo 30: “Compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. Essa mudança relaciona-se ao entendimento da necessidade de garantir o respeito aos aspectos particulares e próprios de cada comunidade.

É marcante nesta Constituição Federal a intenção de ressaltar a importância da proteção do patrimônio nacional, indicando a obrigação do Estado em garantir o pleno exercício dos direitos culturais, bem como, garantir o acesso às fontes da cultura nacional. Pelo disposto em seu artigo 216, parágrafo 1º., pode-se compreender que o poder público levará em consideração o entendimento comunitário do que seja importante para a preservação do patrimônio cultural. O referido artigo indica que a política de preservação deve ser democrática, participativa e aberta a todos os setores sociais.

A Constituição Federal de 1988 definiu com forte delimitação a importância da preservação do patrimônio cultural considerando, inclusive, passíveis de punição os danos e ameaças ao patrimônio cultural (artigo 216, parágrafo 4º). A preservação do patrimônio cultural na forma estabelecida na Constituição traduz a necessidade de uma política efetiva de preservação e não simplesmente a enumeração de mecanismos legais de preservação.

Atualmente, o órgão de proteção é denominado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e possui mais de 20.000 edifícios e 88 conjuntos urbanos protegidos<sup>7</sup>, sendo 68 tombados, três tombamentos provisórios, 14 rerratificações, um tombamento emergencial, além de objetos, obras de arte, documentos<sup>8</sup>, etc., distribuídos pelo Brasil. A área da preservação contém muitos termos e conceitos com os quais a sociedade não tem tanto contato e pode muitas vezes se confundir; por isso, é importante esclarecer alguns significados que relacionados ao tema, antes de entender os diversos processos que envolvem a preservação (ANEXO A).

A escolha dos bens a serem tombados começa a partir de um catálogo de bens indicados pelos membros do conselho, da comunidade e por especialistas. Porém, é necessário que se conheça a história local, as tradições, o sítio urbano ou área rural por meio de pesquisas, estudos e levantamentos; é imprescindível que se mantenha um olhar atento à vida cotidiana, pois poderão ser avaliadas as

---

<sup>7</sup> Lista dos conjuntos urbanos protegidos até janeiro de 2017. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conjuntos\\_urbanos\\_protegidos\\_ate\\_%20janeiro\\_%20de\\_%202017.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conjuntos_urbanos_protegidos_ate_%20janeiro_%20de_%202017.pdf)

<sup>8</sup> Lista dos bens tombados e processos em andamento (1938 - 2018). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf>

peculiaridades da cultura do lugar. Para a definição dos bens, deve-se também fazer um inventário observando a integridade (estado de conservação/possibilidade de restauração), raridade, exemplaridade (bens mais significativos, pois na presença de diversos com as mesmas características, apenas alguns podem ser relacionados) e importância arquitetônica, cultural, histórica, turística, científica, artística, arqueológica e paisagística, sendo que o bem pode possuir um desses aspectos ou agregar vários.

Os conselhos de defesa do patrimônio são órgãos colegiados de assessoramento, integrantes da estrutura pública (municipal, estadual, federal), compostos por um grupo de representantes dos diversos segmentos da sociedade, cujo objetivo precípuo é a preservação de bens de valor histórico-cultural. Os bens tombados obedecem a uma escala de importância:

Quadro 1 – Esferas de proteção

Bens de interesse da humanidade ( <i>esfera internacional</i> )	De excepcional valor, inscritos na Lista do Patrimônio Universal pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).
Bens de interesse nacional ( <i>esfera nacional</i> )	São tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).
Bens de interesse estadual ( <i>esfera estadual</i> )	Tombados pelo Estado onde o bem se localiza. No caso de São Paulo, é o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico; Arqueológico; Artístico e Turístico).
Bens de interesse local ( <i>esfera municipal</i> )	Tombados pelos órgãos de defesa do patrimônio existentes nas cidades. Em São Paulo, trata-se do Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo).

Fonte: produzido pela autora, a partir de dados do site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>

Porém, um bem pode ser tombado por mais de um conselho. Por exemplo, dependendo do seu relevo, ele pode ser inscrito na Lista do Patrimônio Universal e ser tombado pelas outras três instâncias nacionais.

## **Lista do Patrimônio Universal – UNESCO**

A Conferência Geral da UNESCO aprovou, em 16 de novembro de 1972, a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*. Ela define as classes de sítios naturais ou culturais que podem ser consideradas para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e fixa o dever que compete aos Estados-membros quanto à identificação de possíveis sítios.

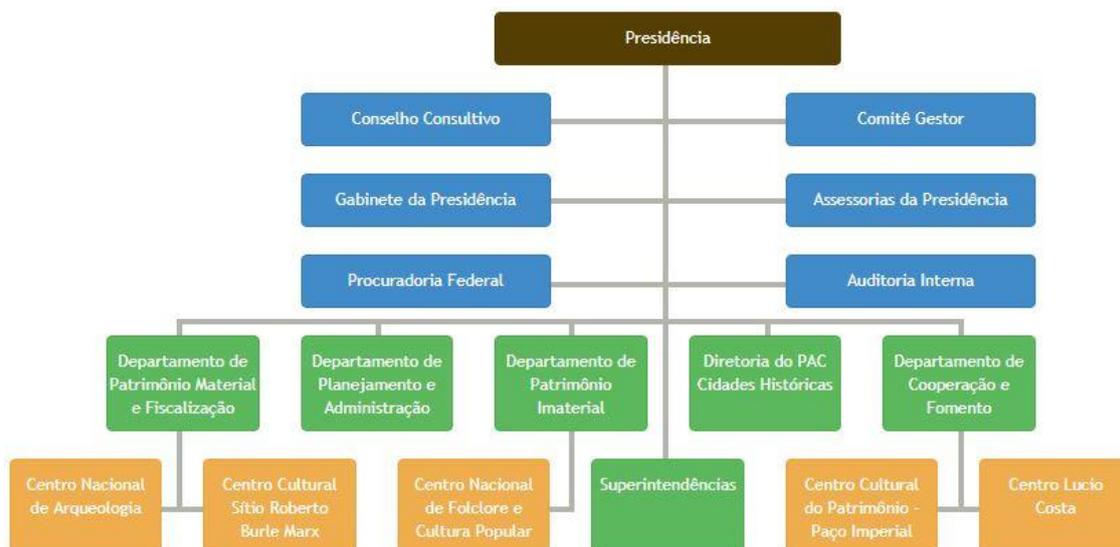
Define também o papel que lhes corresponde na proteção e na preservação desses sítios. Ao assinar a Convenção, cada país se compromete a conservar não somente os bens do Patrimônio Mundial localizados em seu território como também a proteger o próprio patrimônio nacional. A Convenção explica ainda como se deverá utilizar o Fundo do Patrimônio Mundial, como se deve administrá-lo e em que condições se pode prover de assistência financeira internacional.

A solicitação de inscrição de um sítio na Lista do Patrimônio Mundial deve partir dos próprios Estados signatários. A UNESCO não faz nenhuma recomendação para a inclusão na Lista. Essa solicitação deve incluir um plano que detalhe como o sítio será administrado e protegido.

## **IPHAN**

O IPHAN dispõe de 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa), 28 Escritórios Técnicos (a maioria localizada em cidades históricas) e cinco Unidades Especiais, sendo quatro delas no Rio de Janeiro e uma em Brasília. A Administração Central funciona em dois endereços: no Edifício IPHAN - Sede, em Brasília (DF), e no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro (RJ).

Figura 14: Organograma do IPHAN.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/214>.

O Regimento Interno<sup>9</sup> do Instituto determina que o presidente do IPHAN também deve ser o presidente do Conselho, o qual conta com nove representantes de instituições públicas e privadas e 13 representantes da sociedade civil, indicados pela presidência do Instituto e designados por ato do Ministro de Estado da Cultura. O mandato dos conselheiros é de quatro anos, permitida a reeleição. A participação no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Os membros do Conselho Consultivo participam de, no mínimo, quatro reuniões ordinárias anuais. Nessas reuniões são designados relatores para o exame de matérias voltadas ao registro de patrimônios imateriais e tombamento de patrimônios materiais que devem ser discutidas e votadas pelo Conselho.

Segundo informação do IPHAN<sup>10</sup>,

Os relatores são indicados observando-se preferencialmente as suas áreas de interesse. Após examinar a matéria, o relator deve emitir um parecer e apresentá-lo ao Conselho. Caso o parecer do relator não receba o apoio da maioria dos membros do Conselho presentes na reunião, e não havendo

<sup>9</sup> Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Regimento\\_Interno\\_Conselho\\_%20Consultivo\\_2012.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Regimento_Interno_Conselho_%20Consultivo_2012.pdf)

<sup>10</sup> As atas do Conselho Consultivo e o Banco de Pareceres podem ser encontrados no site do Instituto.

parecer substitutivo, o presidente deve designar outro conselheiro para examinar a matéria e apresentá-la na reunião subsequente.

O referencial estratégico do IPHAN está expresso pela Missão, pela Visão e pelos Valores da organização. A Missão do Instituto é a de “*promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.*”

A Visão estabelece que o IPHAN deve “*ser instituição coordenadora da política e do sistema nacional do patrimônio cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade.*”

Tanto a Missão como a Visão do IPHAN estão atreladas à manutenção de valores que englobam: a qualidade de vida; as memórias e identidades; o acesso ao patrimônio cultural; a valorização da diversidade; ao desenvolvimento sustentável; a cidadania cultural; a descentralização, regionalização e desconcentração; e a inclusão social.

Figura 15: Bens tombados pelo IPHAN.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/>.

### Condephaat

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) é um órgão autônomo, ou seja, subordinado aos dirigentes da administração, tem certa autonomia administrativa, financeira e técnica e de

caráter diretivo. É formado por conselheiros que representam o poder público, as universidades e a sociedade civil; tem a função de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo. Nessa categoria se encaixam bens móveis, imóveis, edificações, monumentos, bairros, núcleos históricos, áreas naturais, bens imateriais, dentre outros. O Conselho é formado por representantes de Secretarias Estaduais, entidades de classe, universidades e pela da Procuradoria Geral do Estado, e se reúne semanalmente ou quinzenalmente para deliberar sobre os processos que lhes são apresentados e para tomar as decisões referentes à preservação dos bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio cultural paulista, incluindo tombamentos e registros.

As reuniões do Condephaat são realizadas conforme o calendário definido no início dos trabalhos do colegiado em cada ano e são deliberativas. As pautas a serem discutidas são divulgadas na semana anterior à reunião e ficam disponíveis para consulta no site<sup>11</sup> do órgão, inclusive as pautas de anos anteriores.

O braço técnico e executivo do Condephaat é a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), uma das Coordenadorias da Secretaria de Estado da Cultura. Para prestar os serviços de apoio ao Condephaat, a UPPH conta com dois Grupos Técnicos. Um deles é o *Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural* e o outro é o *Grupo de Conservação e Restauração de Bens Tombados*. Nos dois grupos trabalham profissionais das áreas de arquitetura, história e sociologia. Além disso, a UPPH tem um Núcleo de Apoio Administrativo e uma Assistência Técnica de apoio direto à Coordenadoria da Unidade. Desde 1968 o Condephaat já tombou mais de 500 bens.

## **Conpresp**

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) foi criado pela Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, como um órgão colegiado de assessoramento cultural ligado à estrutura da Secretaria Municipal de Cultura. Entre suas atribuições estão: deliberar sobre tombamentos de bens móveis e imóveis, definir áreas envoltórias

---

<sup>11</sup> Site: <http://condephaat.sp.gov.br/reunioes-e-pautas/>

promovendo a preservação da paisagem, formular diretrizes que visem à preservação do patrimônio, fiscalizar o uso apropriado dos bens, entre outras. O Conpresp possui nove conselheiros, nomeados para um mandato de três anos com direito à reeleição, representando a Administração Pública Municipal e a Sociedade Civil.

A existência de um conselho municipal traz consigo a configuração de uma estrutura de trabalho personalizada, que interage diretamente com a população local. A corresponsabilidade e a cumplicidade atribuem valor agregado de qualidade no resultado final da defesa e preservação do patrimônio. Bens de interesse local só serão tombados por um conselho local, o conselho estadual, devido à sua hierarquia, tomba apenas bens de interesse do Estado. Sendo assim, a ausência de um conselho local deixa o município sem atuação específica sobre o assunto.

O trabalho do Conpresp está interligado ao do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), órgão de assessoramento do Conselho, da Secretaria Municipal de Cultura, cujas atribuições são a identificação, proteção e fiscalização do patrimônio cultural e natural da cidade. O DPH e o Conpresp são, portanto, órgãos autônomos, interdependentes e responsáveis pela preservação cultural e ambiental no Município, que trabalham em conjunto, tanto instruindo os processos de tombamento, quanto deliberando sobre eles. O DPH também atua como órgão técnico consultivo ao Conpresp. Tanto as atas do Conselho, quanto os relatórios, podem ser consultados pelo portal do Conpresp<sup>12</sup>.

A condição primordial para se iniciar um processo de tombamento é a conscientização da sociedade sobre a importância do patrimônio histórico e o valor afetivo dos bens. Os Conselhos, geralmente, funcionam da seguinte maneira: um bem é indicado para tombamento; abre-se um processo; os Conselheiros definem, em reunião e após votação de seus membros se inicia um Estudo de Tombamento; caso aberto, o proprietário é notificado. Solicita-se um ou mais pareceres para a análise do processo. Por fim, o parecer é votado; caso seja aprovado o tombamento, o processo segue para lavrar-se a Lei de Tombamento e inscreve-se o bem no “Livro do Tombo”. Caso o tombamento não seja aprovado, o processo é arquivado.

---

<sup>12</sup> Site:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/organizacao/index.php?p=4324>

Existem também órgãos não-governamentais de defesa do patrimônio, sem poder legal para tombam, porém com o importante papel de conscientizar a sociedade sobre a preservação. Podem, ainda, agir no sentido da indicação de bens a serem preservados, participar da conservação dos mesmos e também ingressar com ação civil pública quando os bens estiverem ameaçados. Mesmo o cidadão, considerado individualmente, pode ingressar com ação popular no caso do bem ser de propriedade pública.

Como exemplo, cabe citar o caso do Colégio Caetano de Campos e a forte pressão exercida pela população, que foi contrária à sua demolição na década de 1970, anunciada pelo Metrô para a construção da Estação República, culminando no tombamento do edifício.

A mobilização popular e a vontade política são fundamentais para uma boa gestão do patrimônio; deve-se encontrar no município pessoas interessadas no fruto deste trabalho, que tem como resultado a revitalização e a preservação da cultura local. Desta união pode resultar a força e o apoio aos Conselhos Municipais, boa parte dos existentes atualmente se fortaleceu com o apoio popular e de ONGs ligadas à preservação, juntamente com o poder público. A comunidade exerce um papel fundamental para que a preservação possa ser um tema presente em leis municipais, reivindicando que a mesma seja sempre contemplada nos programas de governo.

A sociedade pode inclusive auxiliar os conselhos municipais de defesa do patrimônio atuando permanentemente em contato com os organismos públicos e privados, como agentes de fiscalização da preservação e do uso dos bens tombados, denunciando ações de destruição, demolição ou mutilação e alterações não autorizadas (reforma, reparos, pintura, restauro).

## CAPÍTULO 3 – PERTENCER À CIDADE

Neste capítulo serão abordados os conceitos e definições acerca dos termos *identidade cultural* e *coesão social*, bem como de que forma a preservação do patrimônio de nossas cidades pode contribuir para estabelecer e reforçar a identidade de um povo. Procurando entender como esses dois conceitos, unidos ao reconhecimento dos bens patrimoniais pela sociedade pode melhorar a dinâmica e a paisagem urbana de nossas cidades.

### 3.1. IDENTIDADE CULTURAL E COESÃO SOCIAL

De acordo Rodrigues, o termo *identidade cultural* pode ser entendido como o sentimento de identidade de um povo ou um indivíduo, na medida em que este é influenciado pela cultura do grupo a que pertença. Muitas questões contemporâneas sobre cultura e cidade se relacionam com o tema identidade, por esse motivo Arias (2002) afirma que a “discussão sobre o que é identidade cultural pode se tornar diretamente influenciada por questões como, por exemplo, o lugar no qual o grupo ou indivíduo se insere, questões de gênero, raça, história, nacionalidade, idioma, orientação sexual, crenças religiosas e etnia”, etc.

Se partirmos do princípio que a sociedade e o meio onde ela vive se transforma continuamente ao longo dos anos podemos afirmar também, que a identidade cultural sofre transformações com o passar do tempo. Segundo Hall (1992), toda identidade é móvel e pode ser redirecionada, e não somos capazes de encontrar verdades absolutas sobre a identidade de um povo. O autor ainda completa, dizendo que a identidade é construída historicamente, e não biologicamente.

A identidade cultural de um povo pode se manifestar de diversas formas. Em um mundo tão globalizado como o que vivemos, a identidade pode, inclusive, ser absorvida de uma cultura para outra. Os bens patrimoniais, as relações sociais, festas e manifestações culturais, costumes e tradições são formas de expressar a identidade de um povo ou local.

O Brasil, por exemplo, é um país extenso, foi colonizado e, além disso, recebeu uma grande quantidade de imigrantes; por conta dessa variedade de personalidades, povos e tradições, podemos encontrar diversas formas de

expressão da identidade cultural. Por essa razão, a tarefa de unificar critérios de identificação e pertencimento comuns entre os cidadãos é desafiadora. Da mesma forma, as múltiplas etnias devem ser reverenciadas pelas inúmeras contribuições que hoje encontram-se naturalmente incorporadas ao nosso cotidiano.

Mas apesar de tamanha pluralidade é possível falar em alguns fatores de unidade que se construíram ao longo da história e que nos aproximam enquanto brasileiros. Como exemplo, podemos encontrar na cultura popular brasileira três elementos que unificam quase majoritariamente a preferência nacional; são eles: o futebol, o samba e o carnaval. Os três são componentes da cultura que não apenas unificam a sociedade, mas também representam a identidade brasileira mundialmente, são fatores em comum e que nos aproximam enquanto nação.

Figura 16: Copa do Mundo sediada no Brasil, 2014.



Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/gols-da-copa-diminuem-e-jogos-apresentam-mais-faltas/>.

Figura 17: Bloco de carnaval em Salvador.



Fonte: <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/02/pular-o-carnaval-em-salvador-e-mais-carro-que-no-rj-e-no-recife-diz-estudo.html>.

Saber a história de uma nação significa resgatar e preservar a tradição, os costumes e mesmo as construções, daqueles que contribuíram para que chegássemos ao ponto em que nos encontramos. Trata-se de uma oportunidade única para compreender, inclusive, a nossa própria identidade. Por possuir a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, que o patrimônio histórico é alvo de políticas que visem à sua promoção e preservação. É essa capacidade que pode fazer com que o patrimônio crie ou reforce a identidade cultural de uma cidade ou país.

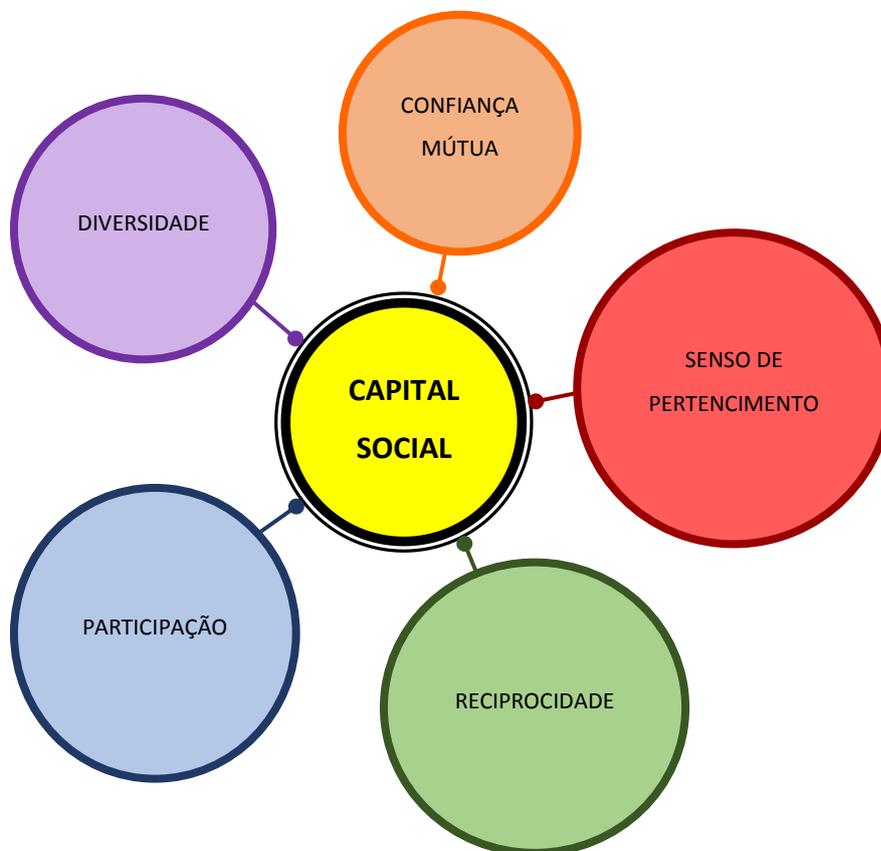
O conceito de *capital social*<sup>13</sup> também colabora para a construção de uma identidade cultural, pois envolve o conjunto da sociedade como um todo, ou seja, provê capacidade aos seres humanos pertencentes a uma comunidade, para poderem ser uma sociedade que possa trabalhar unida e em harmonia. Pode ser entendida como a formação de grupos ou organizações unidas para lograr um objetivo que seja comum a todos. Para Putnam (1993), “capital social refere-se a práticas sociais, normas e relações de confiança que existe entre cidadãos de uma

---

<sup>13</sup> O termo *Capital Social* foi utilizado pela primeira vez em 1916 por *Hanifan* nos Estados Unidos. Na ocasião, ele se referia ao envolvimento da comunidade com o sucesso escolar. Ganhou nova formulação na década de 1960 com *Jane Jacobs*. Posteriormente, o termo ganhou mais dedicação e complexificação através de *Robert Salisbury*, *Pierre Bourdieu* e *Robert David Putnam*.

dada sociedade e que melhoram o desempenho dos estados democráticos”, é um sistema de participação que estimula a cooperação.

Figura 18: Virtudes cívicas do capital social.



Fonte: produzido pela autora (informação verbal)<sup>14</sup>.

Essas virtudes cívicas presentes no conceito de capital social auxiliam na construção da identidade cultural local, pois fortalecem e enaltecem as características, bem como os desejos da sociedade local.

Ao abordarmos a questão da retomada dos espaços nas cidades pela população, da identidade cultural, devemos levar em consideração o conceito de *coesão social*. coesão social se manifesta quando um grupo, composto por indivíduos, compartilham objetivos, ações, ideias e crenças, possibilitando a

---

<sup>14</sup> Informação obtida em aula no dia 01 de mar. de 2018, do módulo Sociedades Contemporâneas: Coesão Social e Identidade Cultural, do curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Cidades. Professora Elisabete França.

existência do grupo. De acordo com Durkheim (1893), são forças que mantêm os homens juntos em sociedade e que lhes permite viver num certo consenso e ordem social.

Está relacionada a uma espécie de estado pelo qual os indivíduos mantêm-se unidos, integrados em um grupo social. Para a existência desse estado é necessário que cada um dos indivíduos tenha motivação - esta pode ser de diversas naturezas, tais como aquela provocada pelas coerções sociais (de vários tipos), pelas regras de reciprocidade, pela consciência coletiva e até por carências.

Figura 19: Manifesto Ocupe Estelita, Recife, 2013.



Fonte: <https://www.agambarra.com/ocupe-estelita-contra-o-avanco-imobiliario/>.

A coesão social no mundo urbano se caracteriza pela situação global na qual os cidadãos compartilham um sentimento de pertencimento e inclusão, participam ativamente nos assuntos públicos, reconhecem e respeitam as diferenças, gozam de uma equidade relativa no acesso aos bens e serviços e no que se refere à distribuição dos ingressos e da riqueza; de forma mais simplificada, é quando as pessoas querem se sentir pertencentes e inclusas na cidade. As dimensões da coesão social abrangem questões territoriais, cívicas, institucionais, entre outras, como é possível observar no quadro a seguir:

Quadro 2 – Dimensões da coesão social

Pertencimento x Isolamento	Compartilhar valores, identidades, comprometimento.
Inclusão x Exclusão	Iguais oportunidades de acesso.
Participação x Não Envolvimento	Atuação da sociedade.
Reconhecimento x Rejeição	Respeitar as diferenças na sociedade pluralista.
Legitimidade x Ilegitimidade	Instituições funcionando como mediadoras dos conflitos na sociedade.
Produtiva-ocupacional	Acesso universal ao emprego e aos benefícios do crescimento econômico.
Social	Acesso universal aos serviços sociais básicos, educação, saúde e segurança.
Territorial	Redução dos desequilíbrios territoriais.
Cívica	Construção de uma identidade sociocultural e promoção de uma cidadania ativa.
Institucional	Planificação estratégica inter-setorial e capacitação dos agentes públicos e locais.

Fonte: produzido pela autora (informação verbal)<sup>15</sup>.

A cidade deve oferecer sempre as melhores oportunidades de vida e de desenvolvimento, deve ser comprometida com a inclusão social e com a redução das desigualdades tão presentes no nosso meio urbano, sejam elas, de renda, territorial, e de acesso aos serviços públicos. Ela deve reconhecer a diversidade de cultura, origem, credo, etnias, posicionamento político, orientação sexual, como os principais valores que formam a sua identidade.

Sendo assim, a preservação do patrimônio arquitetônico histórico, cultural, natural, da cultura tradicional, das memórias e dos bairros, contribui com a valorização das referências urbanas, aumentando assim, a coesão social presente e desejada em nossas cidades.

<sup>15</sup> Informação obtida em aula no dia 22 de fev. de 2018, do módulo Sociedades Contemporâneas: Coesão Social e Identidade Cultural, do curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Cidades. Professora Elisabete França.

### 3.2. INTERAÇÕES SOCIAIS E ESPACIALIDADES

A interação entre as pessoas é fundamental para a dinâmica das cidades contemporâneas; os espaços abertos ao público devem ser capazes de proporcionar o encontro e estimular as pessoas a permanecerem neles. Os núcleos urbanos são constantemente transformados pelas populações que os habitam, através de suas interações, entre indivíduos e até mesmo com a própria paisagem urbana.

O espaço físico por si só, não se configura como lugar. Para que o espaço se configure em lugar, ou até mesmo em um espaço social, é necessário que exista alguma atividade e que esta desenvolva um significado para o espaço, para que o mesmo se configure como um lugar. Sendo assim, para que o espaço social exista é necessária a presença dos atores sociais, o que não ocorre simplesmente com o espaço físico, ou seja, ele existe independente da presença de pessoas. Existe, porém, uma diferença conceitual entre espaço social e lugar. A diferença entre ambos é que, desde que tenha um significado o lugar sempre existe, seja com ou sem atividade social. Já o espaço social, só existe quando há interação social.

Figura 20: Espaço Social, Anfiteatro do Parque Villa-Lobos



Fonte: <http://www2.ambiente.sp.gov.br/noticias/2008/06/24/grupo-de-teatro-encerra-apresentacao-no-parque-villa-lobos-neste-fim-de-semana/>.

Figura 21: Lugar.



Fonte: <https://spcity.com.br/praca-por-do-sol/>.  
Praça do Pôr do Sol, Alto de Pinheiros.

Lugares precisam de conexões urbanas, precisam fazer parte da vida cotidiana da cidade, precisam ter qualidades apreciadas pela população local que então desenvolvam uma ligação especial com essas áreas, e que podem ter variações de nomenclaturas de acordo com seu significado para os moradores locais. Pallasmaa (1986) afirma que a experiência mais vasta e possivelmente mais importante que se pode ter da arquitetura é a sensação de estar em um lugar único; o autor também afirma que o planejamento se transformou tão completamente num jogo de formas que a experiência real da arquitetura tem sido negligenciada.

Cabe pontuar que a construção do lugar não necessariamente parte do planejamento especializado, muitas vezes a própria comunidade local se apropria do espaço, caracterizando-o de maneira singular. Por esse motivo, a participação popular se faz tão importante na construção dos espaços das cidades; é preciso que exista comunicação entre os agentes e que se respeite o tempo necessário para a assimilação dos significados criados a partir da implantação de novos projetos.

De acordo com Allucci (2004), “O sentimento de pertencimento se estabelece quando, para além da apropriação de um espaço, desenvolvem-se valores que ligam esse espaço à identidade cultural e simbólica de quem o habita”. Senso de lugar refere-se ao que o lugar possui de único, que não é replicável, e cabe aos planejadores a função de entender quem são os moradores locais, como eles vivem,

o que gostam de fazer, o que diferencia uma comunidade da outra, e traduzir esses aspectos em projetos urbanos eficazes.

Calliari (2016, p. 191) afirma que:

É preciso recuperar e preservar o significado do lugar: a ligação com a história da cidade, o respeito ao patrimônio e o desejo de preservar a memória coletiva. (...) Um conceito bastante lembrado nos últimos tempos em referência ao sentido de lugar é o de resignificação.

O conceito de resignificação do lugar diz respeito a determinar novos usos para espaços e lugares já existentes ou até mesmo de atribuir uma nova essência a esses lugares, como em diversos exemplares espalhados por nossas cidades.

Figura 22: Sesc Pompéia



Fonte: <http://www.cidadebiz.com/noticia/sesc-pompeia-em-sao-paulo-torna-se-patrimonio-cultural-do-pais>

Sesc Pompéia, reforma da antiga fábrica que hoje abriga um centro cultural.

É necessário que o patrimônio histórico seja reconhecido pelas cidades como um instrumento que ajude a estreitar os laços entre os moradores e o local onde ele está inserido, que haja gentileza no cuidado com os visitantes, etc. Existem diversas formas de tornar o relacionamento entre as pessoas e o patrimônio mais agradável, como, por exemplo, a inserção de placas explicativas, que contenham a história do

lugar ou edifício, ou maquetes físicas táteis para deficientes visuais. São pequenas ações que geram grandes frutos para a transformação da relação do cidadão com o patrimônio histórico e conseqüentemente para a relação com a cidade.

Figura 23: Planta tátil em Barcelona (Espanha)



Fonte: <http://cadeiravoadora.com.br/cadeira-voadora-em-barcelona-eixample-e-la-pedrer/>

Figura 24: Placas informativas contam a história das margens do Lago Léman, em Lausanne (Suíça)



Fonte: Maria Teresa Diniz, julho de 2016.

Figura 25: Maquete de metal representa o centro histórico de Munique (Alemanha)



Fonte: Maria Teresa Diniz, novembro de 2013.

### 3.3. GESTÃO DA PAISAGEM URBANA E DOS ESPAÇOS EM SÃO PAULO

Espaço público é um lugar na cidade de propriedade e domínio da administração pública, no qual o Estado deve garantir o direito universal à cidadania. De fato, o significado de espaço público pode ser muito amplo. Ele pode mudar de acordo com o país, a região, com o passado cultural do lugar, com a necessidade de expressão da sociedade local, etc. Nas palavras de Castro (2013), o termo "espaço público" compreende os lugares urbanos que, em conjunto com as infraestruturas e

os equipamentos coletivos, dão suporte à vida em comum nas cidades: ruas, avenidas, praças, parques.

O espaço público é considerado como aquele espaço que, estando dentro do território urbano tradicional, é de uso comum e de posse coletiva. No geral pode-se concluir que é difícil apresentar uma definição única para o conceito de espaço público, pois ele compreende diversas vertentes de abordagem que se interligam.

Narciso (2009, não paginado) afirma

Contudo, o espaço público é um lugar aberto, de acesso irrestrito, um ponto estruturante da malha urbana e a confluência de vários caminhos e lugares, é um espaço tanto de passagem quanto de permanência, construído por diversos agentes, quer na sua forma material ou vivencial.

O espaço público tem o poder de transformar as cidades em verdadeiros locais de encontro; as atividades necessárias – ir para o trabalho, escola, fazer compras do dia-a-dia –, se somam às opcionais e às sociais: caminhadas recreativas, encontro entre amigos, etc. É no espaço público que essas atividades acontecem, tornando a vida nas cidades mais versátil e diversificada.

Segundo Cullen (1983) paisagem urbana é um conceito que “exprime a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o espaço urbano”. Para o autor, o termo paisagem urbana também pode ser entendido como a maneira em que edifícios, ruas, calçadas, veículos, sinalizações, vegetação e outros elementos se organizam dentro da cidade. Assim, podemos compreender que, da mesma forma que os espaços, a paisagem urbana possui grande influência na forma como vemos nossas cidades.

É importante que a população desenvolva, reconheça e assimile os significados da paisagem urbana e, em contrapartida, a mesma deve apresentar qualidades atrativas para que essa ligação se estabeleça.

Goya (1992, p. 3) diz

A paisagem, por sua vez, também influencia o cidadão diferentemente. Mas, de qualquer forma, parece existir uma imagem comum entre indivíduos de um mesmo grupo, e é esta imagem comum que nos interessa preservar, resgatando-a de nossa memória e de gerações anteriores, como um instrumento de identificação, de ligação, entre os cidadãos e sua cidade, pois é justamente esta que faz com que a cidade assuma uma conotação de lugar para seus moradores.

Quando bem gerido, o espaço público garante, democraticamente, a liberdade para atividades alternativas, a oportunidade de expressão de todos os

grupos da sociedade e, conseqüentemente, a melhoria da paisagem urbana das nossas cidades. Segundo Gehl (2010), o espaço público tem um importante significado social como fórum para trocas de ideias e opiniões.

Atualmente, o modelo de gestão dos espaços públicos utilizado por São Paulo é realizado pelas subprefeituras. A forma como as políticas urbanas são construídas atualmente na cidade ainda pressupõe um modelo político de governança tradicional, de representação. Pode-se dizer que o poder público é tradicionalmente o promotor do espaço público: ele é o agente que constrói. Temos também instrumentos na nossa legislação que obrigam a participação social por meio de consultas públicas, no entanto, hoje vemos a sociedade civil e o setor privado tomando a iniciativa de fazer, de participar e de criar modelos paralelos – para não apenas ser ouvido, mas para de fato participar na definição de objetivos, na construção e na gestão dos espaços.

A crescente demanda por espaços na cidade traz consigo a necessidade de transformação dos modelos de gestão. Com o intuito de atender essas novas demandas, tivemos a criação dos Termos de Cooperação, que têm como finalidade estabelecer parcerias com a sociedade e o setor privado para a execução e manutenção dos espaços públicos. Como exemplo da gestão compartilhada de espaços públicos, podemos citar diversos coletivos, como o *Instituto A Cidade Precisa de Você*<sup>16</sup>, o negócio social *Praças*<sup>17</sup>, *Movimento Boa Praça*<sup>18</sup>, entre outros.

---

<sup>16</sup> <https://www.acidadeprecisa.org/>

<sup>17</sup> <https://www.pracas.com.br/>

<sup>18</sup> <http://movimentoboapraça.com.br/>

Figura 26: Parquinho viabilizado pelo Instituto A Cidade Precisa de Você.



Fonte: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2017/09/06/em-sao-paulo-ocupacao-largo-da-batata-vive-novo-impasse/>.

Projeto localizado no Largo da Batata em plena atividade.

Quando se faz, por exemplo, uma ação mais objetiva, como em uma praça, que envolva a participação direta das pessoas, cria-se uma perspectiva de participação social dentro da cidade e a sensação de realmente pertencer àquele lugar. Começa a surgir uma nova forma de engajamento, apesar dos mecanismos ainda serem burocráticos e limitados.

As novas formas de gestão compartilhada, como por exemplo, por meio dos coletivos, ajudam a fortalecer a relação do cidadão com a cidade e as melhorias para a configuração da paisagem urbana são inegáveis. Essa condição de envolvimento da sociedade é imprescindível para o sucesso do modelo em questão; são essas formas de gestão, guardadas as devidas proporções, que podem ser incorporados pela gestão do patrimônio histórico, para que se estabeleça uma ligação concreta entre todos os atores envolvidos.

### 3.3.1. REIVINDICAÇÕES PELA CIDADE

Nas últimas décadas, pudemos perceber um aumento pela busca da ocupação dos espaços da cidade, partindo principalmente por parte da população. O governo, de certa forma, viu potencial nessa mudança e buscou colocar em pauta essas discussões com a sociedade. As mudanças nos planos de gestão absorveram

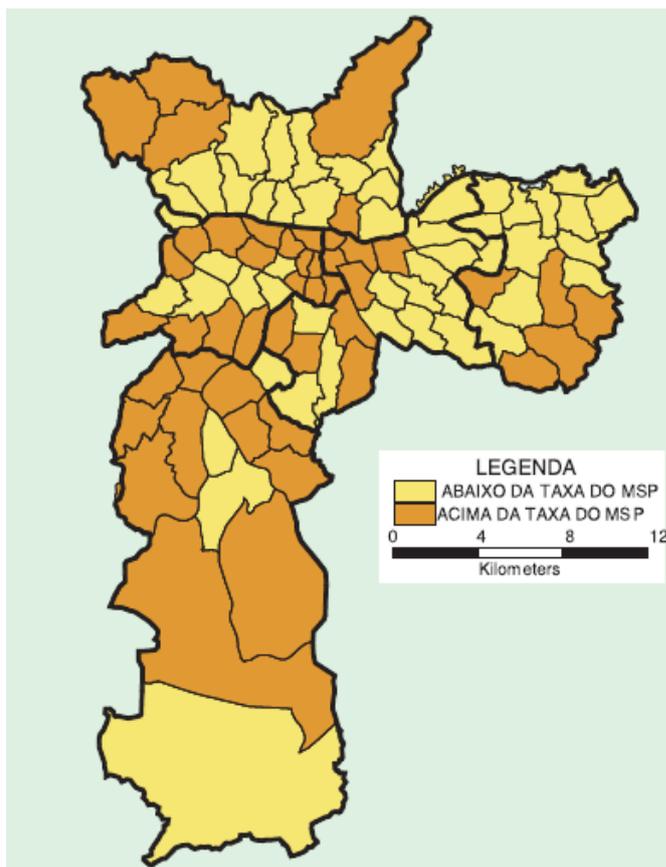
esse fato e passaram a incorporar a reflexão sobre o pedestre, sobre a prioridade dos transportes coletivos, o investimento nas ciclovias – todas essas questões sempre vinculadas à melhoria na relação da sociedade com a cidade. É notável a retomada pela população – que se acostumou a usar a rua somente para a locomoção, não mais para a recreação – dos espaços que a cidade oferece.

Calliari (2016) afirma que

Há uma evidente preocupação das pessoas na retomada do uso do espaço público: movimentos de ocupação de praças e ruas, debates acalorados sobre a destruição dos símbolos da cidade dividida, como o Minhocão, a retomada do carnaval de rua, os parklets, as ciclovias, o Plano Diretor e vários outros exemplos.

A crescente busca por espaços nas cidades traz consigo diversas questões importantes a serem debatidas, sendo a segregação espacial uma das mais consideráveis, pois a mesma pode modificar a dinâmica e os espaços existentes na cidade.

Figura 27: Taxas de crescimento populacional dos Distritos Administrativos em relação à taxa de crescimento do Município de São Paulo, 2000/2010.



Fonte: Boletim CEInfo informativo do Censo Demográfico 2010 nº 02.

Os dados do Censo 2010 por distrito (ANEXO B) demonstram um crescimento demográfico em alguns bairros periféricos e em bairros que se verticalizaram em antigas áreas industriais. Esse crescimento pode potencializar a procura por espaços públicos de lazer na cidade, bem como alimentar o debate acerca da distribuição dos mesmos no espaço urbano.

Para Calliari (2016), parece haver duas forças opostas em confronto, de um lado observa-se a manutenção de uma segregação espacial entre grupos sociais, enquanto de outro há tendência de reapropriação dos espaços da cidade por diferentes setores da sociedade.

A fruição desigual ainda mantida nas cidades, o desenho viário sustentado como um fator de segregação, a profusão de condomínios fechados são evidências de certa manutenção da segregação e dos baixos usos dos espaços na cidade. Entretanto, há tendências que andam na contramão: o reconhecimento do espaço público como ponto de encontro, de permanência e de passagem por parte da população e a vontade de reapropriar-se desses espaços.

A modificação mais notável na dinâmica da cidade nos últimos anos, certamente, parece ter sido a vontade, por parte de pessoas e grupos organizados, de reocupar os espaços oferecidos pela cidade. As manifestações – organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) – ocorridas em junho de 2013, que surgiram como uma reação ao anúncio do aumento da tarifa de transporte, foram aos poucos ganhando novas pautas, até tomarem as ruas de São Paulo e de outras cidades pelo Brasil. Desde o movimento “Os Caras Pintadas” não se via uma mobilização tão grande no país.

Figura 28: Manifestações contra o aumento da tarifa



Fonte: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/policia-prendeu-2-608-nos-protostos-de-junho/>.

Teatro Municipal, São Paulo, junho de 2013.

A experiência de junho de 2013 deixou evidente que o poder convocatório das redes sociais foi e continua sendo fundamental para a promoção desses movimentos; a própria sociedade se torna responsável pela divulgação da informação. Mas o que de mais importante podemos concluir é que apesar do uso das redes, o espaço para a manifestação, para a população se expressar, acontece nas ruas. Após os eventos de 2013, se seguiram diversas manifestações e eventos, a criação de novos grupos e o fortalecimento de outros movimentos já existentes e atuantes na sociedade.

Figura 29: Manifestações de mulheres contra presidencialismo no Largo da Batata.



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>.

Ato realizado em São Paulo, setembro de 2018.

É necessário refletir sobre o que esses movimentos realmente significam; serão eles um pedido de mudança na forma de gerir as instituições e de interagir com a sociedade, que tem o desejo de ser mais participativa? Na verdade, a pergunta que ainda permanece sem resposta é se a retomada aos espaços na cidade pela população será contínua, seja ele palco de protestos e manifestações ou no dia-a-dia e nas horas de lazer.

Mas cabe lembrar que a ativação dos espaços no ato de ocupar juntos para eventos, festas, performances, blocos de carnaval, etc., já vinha sendo incorporada à vida da cidade, antes das manifestações tomarem a força e a proporção que tiveram. São diversos os acontecimentos, promovidos tanto pela iniciativa pública quanto pela privada, que têm se tornado parte complementar da relação dos habitantes com os espaços e da vida da cidade.

Segundo Calliari (2016, p. 176)

Parada Gay, shows de música, comemorações do aniversário da cidade, marchas religiosas, manifestações políticas. Seja em eventos do calendário oficial, seja em movimentos de expressão espontânea, a rua parece ser o lugar que as pessoas andam escolhendo para se manifestar.

Figura 30: Bloco Acadêmicos do Baixo Augusta, 2013. Blocos de carnaval voltam a ocupar as ruas de São Paulo.



Fonte: <https://ultimosegundo.ig.com.br/cultura/2013-02-01/blocos-de-carnaval-voltam-a-ocupar-as-ruas-de-sao-paulo.html>.

São muitos os movimentos que vão ao encontro da retomada pelos espaços da cidade. Sejam ações patrocinadas por setores da sociedade civil, ONGs e coletivos, provenientes de iniciativas individuais ou até mesmo governamentais, elas representam o desejo de ocupação da população. Entre esses movimentos podemos citar: os movimentos de ciclistas, de ocupação de praças e ruas, as hortas urbanas, entre outros.

Figura 31: Horta Comunitária da Saúde.



Fonte: <https://ciclovivo.com.br/inovacao/inspiracao/conheca-6-hortas-comunitarias-espalhadas-em-sao-paulo/>

### 3.3.2. INTERAÇÕES BARRADAS PELO MEDO: PAISAGEM URBANA E PATRIMÔNIO EM CONFLITO

O olhar monumentalista do patrimônio histórico influencia a maneira como a população interage com o mesmo. O caráter de congelamento imposto a alguns exemplares muitas vezes não oferece abertura para interações com a sociedade; os edifícios permanecem, como estátuas, e não estabelecem nenhum tipo de convite à sua utilização, e muitas vezes a população sequer sabe o que existe dentro deles e qual é a história desses edifícios.

Segundo Allucci (2014, p. 12)

Aqueles que incentivam e apoiam a centralidade do papel da cultura produtora da cidadania devem promover a utilização efetiva do espaço público, a real participação social, para evitar o congelamento das cidades, para que elas não se transformem em lugares em que apenas se conservem o sentido cenográfico das edificações, e que delas sejam retiradas as funções que mantem vivas suas tramas e tessituras.

Com o Manifesto de Amsterdã<sup>19</sup> em 1975, a aproximação do patrimônio histórico com a vida da cidade teve grande melhora, o entendimento de que as discussões sobre o planejamento são indissociáveis das do patrimônio histórico tem ajudado a desmistificar a ideia do olhar monumentalista. Em 1976, a UNESCO adota uma *Recomendação relativa à proteção dos conjuntos históricos e tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea* fato que, de acordo com Choay (1992), continua sendo a exposição de motivos e uma argumentação em favor de um tratamento não museal das malhas urbanas contemporâneas. Voltar nosso olhar para o patrimônio histórico apenas de forma monumental, acabou muitas vezes no decorrer da história por expulsar populações presentes nos locais preservados, retirando de certa forma, um dos componentes pelo qual esses espaços deveriam ser preservados.

Allucci (2014, p. 7) afirma que

Não raro, esses projetos de reabilitação vêm acompanhados da retirada da população mais pobre desses territórios, no intuito de abrir caminho para novas paisagens.

Os centros históricos tombados – os mais conhecidos no Brasil: Paraty, São Luís, Olinda e Salvador – tiveram ações contrárias à ideia da criação de um centro urbano e econômico. Esses centros, após passarem por projetos de reabilitação não

---

<sup>19</sup> O documento descreve considerações essenciais que envolvem a preservação e valorização do patrimônio europeu. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manifesto%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>

são diretamente conectados às relações da população urbana local, utilizando a expressão de Le Goff (1998), a grande maioria desses centros caminharam em direção à um centro-museu.

Essa afirmação de Le Goff nos faz refletir qual o motivo da persistente ideia de que os bens tombados devem ser obrigatoriamente transformados em museus e casas de cultura. Os imóveis preservados devem fazer parte do dia-a-dia da sociedade e não apenas utilizados para certas funções, ditas culturais. É fundamental pensarmos que não importa o uso que se dê ao imóvel, desde que seja compatível com a sua estrutura física e que se permaneçam preservadas as suas características; parafraseando Assal (2017), precisamos dizer não à musealização dos patrimônios históricos existentes em nossas cidades.

A mudança ou a ampliação dos usos do patrimônio histórico pode também ser classificada como refuncionalização. Com o passar do tempo, os edifícios e objetos adquirem novas funções para poder se adequar e responder às novas lógicas e dinâmicas socioespaciais que surgem nas cidades, sejam essas funções materiais ou simbólicas. Em muitas cidades históricas, por exemplo, o processo de atribuir novas funções ao patrimônio é usado para a promoção do turismo, tendo-se o devido cuidado para manter as características peculiares de cada lugar. A refuncionalização pode ser resumida como uma nova atribuição de valores às formas herdadas do passado. Esse conceito também se aplica a novas apropriações do espaço público existente nas cidades.

Figura 32: Monumento à Independência em São Paulo nos anos de 1960.



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2017/12/1940802-parque-do-ipuranga-e-simbolo-de-historia-arquitetura-e-lazer.shtml>.

Figura 33: Skatistas em frente ao Monumento à Independência em São Paulo.



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2017/12/1940802-parque-do-ipuranga-e-simbolo-de-historia-arquitetura-e-lazer.shtml>.

É necessário desmistificar a concepção e a cultura que ainda mantemos no imaginário popular de que o bem tombado deve ser intocável, inabitável e muitas vezes inutilizável. Precisamos caracterizar esses espaços como ambientes que fazem parte do tecido da cidade, como verdadeiros espaços que devem ser ocupados e usufruídos pela sociedade, para uma efetiva valorização da paisagem urbana em nossas cidades.

## CAPÍTULO 4 – PAC CIDADES HISTÓRICAS

Este capítulo trará uma análise crítica dos pontos positivos e negativos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) direcionado para as Cidades Históricas, bem como os aspectos que envolvem o programa e o cenário atual. Focaremos a análise na Vila de Paranapiacaba, por se localizar próxima a São Paulo. Uma avaliação sobre o programa pode proporcionar o início de um debate sobre o que pode ser eventualmente reproduzido em novos programas, bem como do que deve ser revisto, para que seja possível um aperfeiçoamento dos planos de gestão que vêm sendo desenvolvidos e executados no nosso país.

### 4.1. CONHECENDO O PROGRAMA

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007 e é uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no Brasil. Em 2013, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, dando origem ao PAC Cidades Históricas.

O PAC Cidades Históricas conta com a previsão de R\$ 1,6 bilhão, destinado a 425 ações selecionadas entre obras de restauração de edifícios e espaços públicos, em 44 cidades de 20 estados brasileiros. As ações são realizadas com a cooperação de diversos co-executores, em especial os municípios, universidades e outras instituições federais, com apoio técnico da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de governos estaduais.

Um dos principais desafios dos gestores quando o tema é a preservação é a garantia de recursos para a requalificação dos centros históricos e o incentivo ao desenvolvimento socioeconômico das áreas de preservação, por isso o programa se torna um ator importante para a manutenção e promoção do patrimônio histórico.

Segundo Allucci (2014, p. 8)

Com o programa, a gestão desse patrimônio ganha uma nova dimensão que vai além da intervenção física nos monumentos protegidos e reforça o

sentimento de pertencimento e de cidadania dos brasileiros em relação aos símbolos de nossa cultura.

O PAC pode ser resumido como uma ação intergovernamental articulada com a sociedade, que visa preservar o patrimônio histórico brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social, com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos das áreas protegidas; no programa tanto as três esferas de governo, quanto a sociedade civil têm a responsabilidade compartilhada na preservação do patrimônio.

Allucci (2014, p. 8) afirma que

Começa-se a entender a necessidade de participação de grupos sociais nas deliberações e na efetiva apropriação desse patrimônio, para que encontrem nele significados de pertencimento e possam realizar escolhas que resultem em sua defesa e sustentação.

Figura 34: Praça Senador Figueira, Ceará, requalificada em setembro de 2016.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/>.

Foram investidos mais de R\$1,3 milhão do PAC Cidades Históricas e R\$ 200 mil de recursos da Prefeitura de Sobral, que executou as obras.

O programa anuncia que as obras de requalificação do patrimônio histórico trará para as cidades produção de renda, aumento de arrecadação com o turismo local, desenvolvimento urbano, qualidade de vida e inclusão sociocultural. Com quase 6 anos de programa, atualmente são 58 obras concluídas além de 72 obras

em desenvolvimento, essas, de fato, contribuem com a geração de vagas de trabalho, e capacitação de mão de obra especializada; além de 42 obras em processo de licitação, o programa conta também com 166 projetos em ação preparatória.<sup>20</sup> (ANEXO C)

Figura 35: Realizações do PAC Cidades Históricas



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/>.

Mas o programa também apresenta problemas: a ação federal de apoio à recuperação do patrimônio histórico foi lançada em 2009, mas só quatro anos depois houve a definição dos municípios contemplados. A previsão inicial para entrega de todos os projetos, de acordo com o instituto, era até 2018. Segundo o balanço realizado pelo IPHAN em 2018 (ANEXO D), apenas 58 das 425 obras do PAC foram concluídas. A verba federal prometida em 2013 para esse pacote total era de R\$ 1,6 bilhão; o orçamento da união para o ano de 2013 foi de 2,2 trilhões. Das 16 ações no Estado de São Paulo, somente cinco foram entregues.

<sup>20</sup> Dados recebidos pelo Portal da Transparência. <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>

Figura 36: Reportagem sobre obras do PAC, dezembro de 2017.

**Patrimônio histórico vive abandono pelo País**

De 423 ações previstas no PAC Cidades Históricas desde 2013, somente 38 foram entregues; restrição de verba e burocracia atinge de igreja em Ouro Preto a vila inglesa em Paranaíacaba

Priscila Mengue e Leonardo Augusto, especial para O Estado de S. Paulo  
25 Dezembro 2017 | 03h00

SIGA O ESTADÃO

f t i in y p



Distrito de Santo André tem campo de futebol abandonado e projetos emperrados, como o restauro da Vila Inglesa Foto: TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

A cada compra com o seu Visa, você ajuda uma causa.

Clique aqui e participe

Cupons Estação

Cupom Americanas Até 10% de desconto em Smartphones!

Descontos Submarino Notebooks com até 25% de desconto!

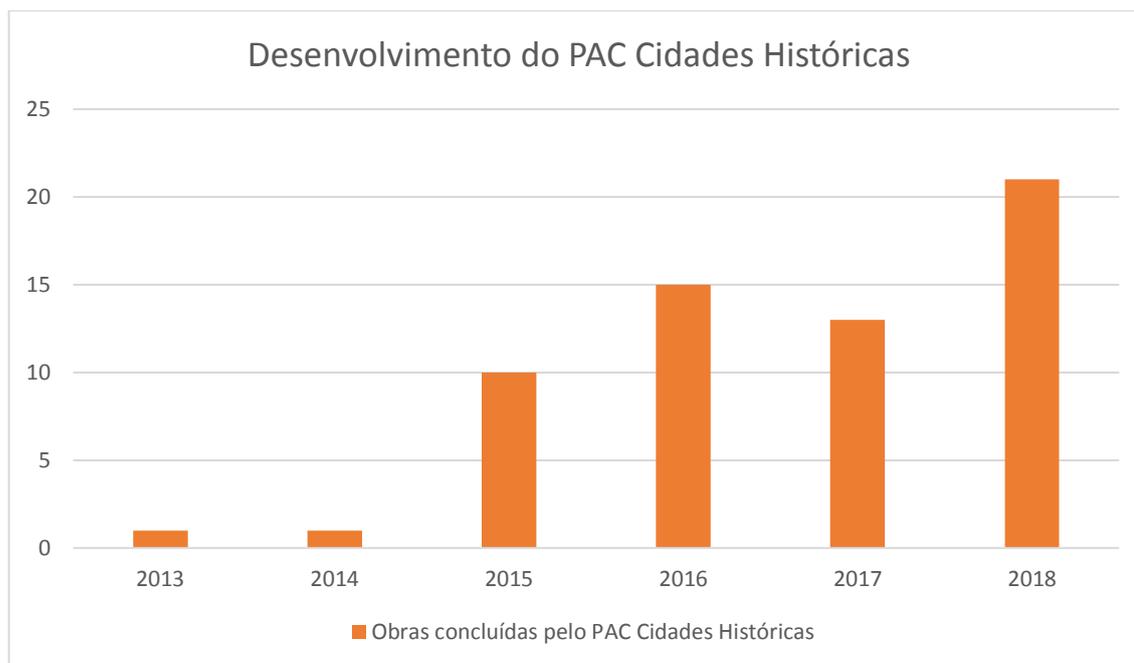
Promoção Casas Bahia Até 35% de desconto em Smart TVs

Fonte: <https://brasil.estado.com.br/noticias/geral,patrimonio-historico-vive-abandono-pelo-pais,70002130406>.

De acordo com Robson de Almeida<sup>21</sup>, diretor do programa no IPHAN, os repasses de verbas são feitos de forma muito lenta pelo governo federal, o que acaba gerando atraso nas entregas. Ainda segundo o diretor, o PAC Cidades Históricas passou a ter contingenciamento no fim do ano de 2015. Em abril, depois de uma sequência de repasses abaixo do previsto mês a mês, o projeto acumulou uma dívida de aproximadamente 40 milhões de reais e dez obras precisaram ser interrompidas. Para Almeida, a troca de governo no Brasil deu andamento ao programa; nos dados recebidos pelo Portal da Transparência, é possível verificar que os avanços nas obras começaram a partir do ano de 2015, com a conclusão de 10 obras, os anos de 2013 e 2014 contam apenas com a conclusão de uma obra cada, esses dados comprovam que o programa realmente demorou para apresentar resultados concretos.

<sup>21</sup> Em entrevista concedida ao site do Estadão. Disponível em: <https://brasil.estado.com.br/noticias/geral,patrimonio-historico-vive-abandono-pelo-pais,70002130406>.

Figura 37: Gráfico da conclusão das obras do PAC Cidades Históricas a partir de 2013.



Fonte: produzido pelo autor a partir de dados do Portal da Transparência.

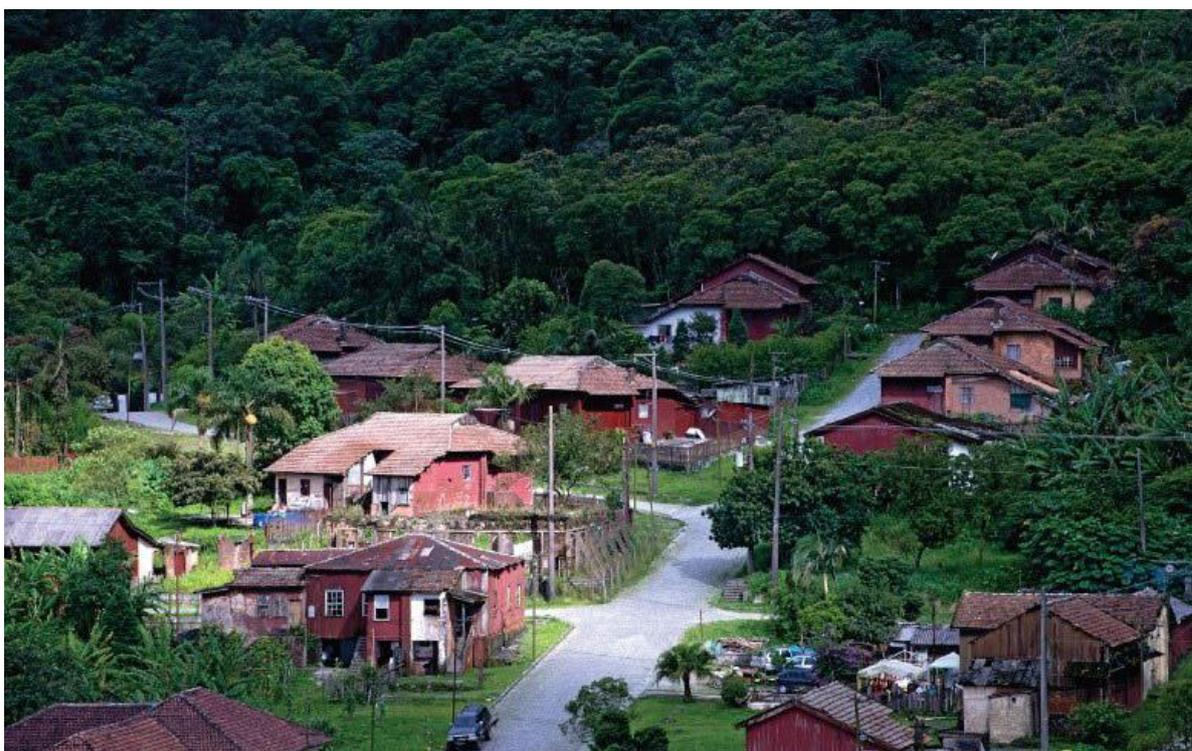
O diretor do programa no IPHAN também afirma que o prazo de entrega até 2018 de todas as obras do programa no País “foi falado, mas nunca estabelecido oficialmente”. Almeida estima que, se os recursos forem encaminhados no ritmo atual, a conclusão de todos os projetos deve ocorrer somente em 2020.

#### 4.2. A VILA DE PARANAPIACABA

No século XIX, com o crescimento da cultura cafeeira no Vale do Paraíba, determinou-se a construção da Ferrovia Santos-Jundiaí, a fim de facilitar o escoamento da produção. Em seus arredores surgiu, então, a Vila Ferroviária Paranapiacaba, onde se instalaram o centro de controle e residência dos funcionários da companhia inglesa de trens responsável pelo transporte de cargas e de passageiros. A partir dela, surgiram duas povoações: a Vila Velha e a Vila Martin Smith, sendo a primeira resultante de uma ocupação urbana espontânea e a segunda como resultado de um plano urbanístico claro e inovador para a época, com edifícios padronizados e estrutura pré-definida. As casas da vila foram feitas sob medida, todas as peças necessárias foram produzidas na Inglaterra e vieram desmontadas para serem erguidas aqui.

Em 2008, a Vila Ferroviária de Paranapiacaba teve seu conjunto urbano tombado pelo IPHAN, entendido por sua grande importância histórica e ambiental, como o registro dessa época de forte influência inglesa na região. A Vila constitui um dos únicos exemplares no Brasil de núcleo urbano planejado com uso especializado - Vila Ferroviária. Além de estar inscrita na Lista Indicativa a Patrimônio Mundial pela UNESCO, Paranapiacaba também é Núcleo da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo e integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO como de relevante valor para humanidade.

Figura 38: Vila de Paranapiacaba.



Fonte: <http://www.sinpsi.org/index.php/noticia/index/id/3213>

Com os recursos do PAC Cidades Históricas, a Casa do Engenheiro (atual Biblioteca); a Garagem das Locomotivas; as Oficinas de Manutenção e o Almojarifado das antigas companhias férreas já foram restauradas. Ao todo, as quatro obras de restauração receberam mais de R\$ 6,8 milhões em recursos do Governo Federal, por meio do IPHAN, e foram executadas em parceria com a Prefeitura Municipal de Santo André.

Com as obras, a Garagem das Locomotivas poderá ser utilizada como plataforma de embarque e desembarque do Trem Turístico e apoio ao turista que passa pela Vila de Paranapiacaba. Nas Oficinas de Manutenção das antigas São Paulo Railway e Rede Ferroviária Federal foram implantadas áreas de oficinas, depósito, espaço para formação de mão de obra em restauro e ainda um galpão que será utilizado como museu vivo. A restauração do Almojarifado das antigas companhias férreas, agora tem condições estruturais para seu novo uso como restaurante; e a restauração da Casa do Engenheiro, que abriga atualmente a Biblioteca Pública local.

O conjunto de investimentos realizados pelo Governo Federal atua diretamente com os bens materiais protegidos na Vila de Paranapiacaba, que tem toda sua trajetória marcada pela relação com a ferrovia. Pode-se perceber que as intervenções visam, portanto, não só a preservação desses bens culturais, mas também a sua continuidade relacionada ao desenvolvimento da cidade, buscando promover o local como polo de turismo para São Paulo.

O recurso disponibilizado também será investido, em três etapas, no restauro de 242 imóveis da Vila Martins Smith. A Prefeitura havia solicitado verba para realizar obras em 330 residências, no total.

Analisando o caso de Paranapiacaba pode-se concluir que os conflitos entre as diferentes esferas muitas vezes atrapalham o avanço do programa. Na vila ferroviária as intervenções tiveram início em 2015 e tinham como previsão terminar no ano de 2018. No entanto, com as obras paradas, a Prefeitura de Santo André, não tem nenhum prazo para o prosseguimento das obras de reforma, nem nova data de conclusão, as únicas obras concluídas foram a restauração da antiga Casa do Engenho, a Garagem das Locomotivas, as Oficinas de Manutenção e o almojarifado das antigas companhias férreas, as obras da Vila Martins Smith sequer foram iniciadas.

Figura 39: Obras paralisadas na Vila de Paranapiacaba.



Fonte: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,patrimonio-historico-vive-abandono-pelo-pais,70002130406>.

De acordo com a administração municipal<sup>22</sup>, o motivo da suspensão foi “a necessidade de adequação do contrato firmado com o Consórcio Restauro Vila de Paranapiacaba, responsável pelas intervenções”. Ainda no início de 2018 a gestão também pontuou que está realizando laudo técnico e, só após a finalização do mesmo, as obras de restauro poderão ser retomadas.

Moradores e membros do conselho do patrimônio histórico da cidade criticam o rumo que as obras tomaram e afirmam que falta transparência por parte da prefeitura. O pesquisador e historiador Adalberto Almeida, presidente do Instituto do Patrimônio do ABC, afirma que uma das maiores dificuldades do restauro é a falta de mão de obra qualificada. “É muito trabalho, pouca verba e mão de obra difícil de encontrar. Existe a necessidade de um corpo técnico excelente e de olho mais apurado, que nem todo mundo tem”, disse em entrevista para o site Metrojornal.

O IPHAN, diz que a prefeitura suspendeu as obras em maio do ano passado para revisar prazos e custos no contrato. “Deste modo, o prazo de retomada e, conseqüentemente, de conclusão depende da finalização desses serviços.”

---

<sup>22</sup> Em entrevista concedida ao site do Estadão. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,patrimonio-historico-vive-abandono-pelo-pais,70002130406>.

Apesar das intervenções visarem uma continuidade relacionada ao desenvolvimento da cidade, tentando promover o local como polo de turismo, os atrasos nos repasses fizeram com que a gestão local não conseguisse atingir esse objetivo. O Expresso Turístico, que sai da estação da Luz e vai até a Vila de Paranapiacaba, só é oferecido à população uma vez na semana (aos domingos) e possui apenas um único horário disponível. São muitos os aspectos, que quando somados, impedem a evolução dos planos de gestão estabelecidos.

Pelo país inteiro encontramos casos de obras paralisadas, e até mesmo sequer iniciadas. As justificativas vão desde a dificuldade pela definição da atribuição de responsabilidade da reforma, até a restrição de verba pública e da falta de equipe técnica especializada para a realização das obras. É notável o conflito existente entre as diferentes esferas de poder, onde um ente público frequentemente passa a responsabilidade para o outro; e esse cenário tem se agravado nos últimos anos. Essas questões são fundamentais para o desenvolvimento do programa, e devem estar todas alinhadas para que o progresso e conseqüentemente o sucesso do mesmo ocorra.

De acordo com a Prefeitura de Santo André, as obras de restauro da Vila de Paranapiacaba serão retomadas em 2019. Juntamente com o IPHAN, o município confirmou o repasse da verba federal para o PAC Cidades Históricas, que viabilizará a restauração dos 242 imóveis da vila histórica, em conjunto com a restauração de mais 3 imóveis de importância histórica localizados no município. O investimento previsto para as obras é de cerca de R\$ 26 milhões.

Em entrevista ao site ABCD Jornal o atual prefeito de Santo André afirmou que “Esse processo foi possível graças a percepção do IPHAN, que reconheceu a seriedade, transparência e empenho do governo em retomar o projeto de restaurar esse importante patrimônio da cidade”. Ainda de acordo com a prefeitura, a justificativa para a interrupção das obras foi a necessidade de analisar mais detalhadamente os contratos estabelecidos previamente e os gastos até então realizados. “Foram feitas revisão dos contratos, estudos detalhados e levantamento da parte jurídica. A interrupção foi necessária, pois houve uma contratação que não frutificou da forma como o município esperava”, explicou o secretário do Meio Ambiente, Fábio Picarelli para o site ABCD Jornal; o secretário também afirmou que as obras serão retomadas ainda no primeiro semestre de 2019.

## CAPÍTULO 5 – O BAIRRO DE SANTA IFIGÊNIA

Neste capítulo, abordaremos como estudo de caso o bairro de Santa Ifigênia. A escolha do bairro se deu pelo mesmo estar passando atualmente por um processo de tombamento, bem como pela sua importância histórica para o desenvolvimento da cidade de São Paulo. A análise contemplará o desenvolvimento urbano do bairro, seus aspectos sociais, a paisagem urbana e suas interações com o patrimônio histórico e um diagnóstico dos estudos que vêm sendo realizados durante o processo de tombamento.

### 5.1. DESENVOLVIMENTO URBANO DO BAIRRO

As transformações estruturais impostas pelo avanço e desenvolvimento da economia cafeeira em São Paulo, refletiram diretamente na urbanização da cidade, ainda mais se somadas aos efeitos da imigração estrangeira e os fluxos em direção às atividades urbanas.

De acordo com Bastos e Salles (2008), alguns bairros centrais da cidade de São Paulo são mais marcados do que outros pela presença do imigrante, como é o caso de Santa Ifigênia, lugar onde a diversidade das construções é um indício das várias fases de desenvolvimento socioeconômico vividas pelo bairro.

A configuração do bairro sempre foi a de um lugar permeado por relações sociais que envolviam conflitos, a divisão dos espaços entre as classes mais privilegiadas e as mais pobres sempre esteve presente. Enquanto a elite da época ocupava a atual região dos Campos Elíseos, nos bairros mais populares estabeleciam-se habitações precárias, casas simples com cômodos para aluguel e cortiços.

A localização do bairro era privilegiada, próximo da Estação Sorocabana, inaugurada em 1878 (atual estação Estação Júlio Prestes), e da Estação da Luz, e, ao mesmo tempo, não muito longe do centro da cidade; os espaçosos terrenos de loteamento eram ideais para abrigar as mansões e residências dos barões do café.

Foi a partir de década de 1930, com a crise do café, que o bairro de Santa Ifigênia começou a sofrer e a entrar no seu período de decadência. Com dificuldades, os cafeicultores e seus herdeiros optaram por mudar para novos

bairros e muitos casarões e mansões foram demolidos; outros continuaram de pé, sendo alugados e sublocados, transformando-se em pensões, cortiços e moradias coletivas precárias.

Como exemplo, na região do bairro de Santa Ifigênia, nos primeiros anos da república, segundo Bastos e Salles (2008, p. 5)

Foram identificados 65 cortiços com cerca de 1.320 moradores de todas as nacionalidades e condições, que deveriam ser somados às 46 casinhas, 47 hotéis-cortiço, 48 sobrados-cortiço e 49 cômodos nos fundos das vendas usados como aposentos de aluguel.

Figura 40: Cortiço no bairro de Santa Ifigênia



Fonte: Ribeiro (s/d.). Disponível em: <<http://www.cvs.saude.sp.gov.br/up/Maria%20Alice.pdf>>.

O valor mais acessível dos terrenos das antigas chácaras que foram sendo fragmentadas, o transporte coletivo e as fábricas instaladas nas redondezas, atraíram para o bairro muitos trabalhadores, em geral imigrantes e pessoas sem muitas posses.

Foi a partir dos anos de 1950, juntamente com o processo de metropolização da cidade de São Paulo, que o bairro de Santa Ifigênia passou a apresentar outras atividades econômicas e sociabilidades. Desde os anos de 1920, atraídas pela estação de trem para o escoamento da produção para o interior, diversas empresas ligadas à indústria cultural, como, agências de publicidade, emissoras de rádio, estúdios de gravação, produtoras de cinema, oficinas para conserto de

equipamentos audiovisuais e a própria “Cinelândia” já vinham se instalando na região. Esse processo permitiu a aglutinação de profissionais de rádio, televisão e cinema, ligados aos primórdios da indústria cultural na cidade que, ainda iniciante, demonstrava certo amadorismo, improvisação e instabilidade.

Foi nesse contexto que, no final dos anos de 1960, se desenvolveu uma intensa produção cinematográfica que passou a ser denominada como “cinema da Boca do Lixo”, ou “cinema marginal”. A eles se misturavam os transeuntes do bairro – que desde os anos de 1960 passou a abrigar também a estação rodoviária da cidade, atraindo ainda mais migrantes de diversas regiões do Estado e do país – que se instalavam por ali nas pensões e hotéis econômicos, usufruindo da proximidade com o Centro.

Figura 41: Prédio dos estúdios da Rádio Cultura, 1939



Fonte: Franco, 2013.

A função exclusivamente residencial do bairro foi sendo, com o tempo substituída pela predominância dos usos comerciais e de serviços; na década de 1970, o comércio de eletroeletrônicos, informática e música se instalou na região, dando ao bairro intensa vitalidade durante o dia e fortalecendo de certa forma a atividade hoteleira presente no local. É possível perceber também um roteiro de

compras estabelecido entre a Rua Santa Ifigênia e a Rua 25 de Março através da ligação que o viaduto Santa Ifigênia, inaugurado em 1920, proporciona.

É nesse período, em meados da década de 1970, que os bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elíseos realmente se consolidam como uma área perigosa, por concentrar uma população de baixa renda, o meretrício e a criminalidade. De acordo com Franco (2013) essa realidade era fruto de um processo de urbanização acelerado e avassalador, da inexistência de planejamento e de políticas sociais adequadas, somados ao autoritarismo da ditadura militar e à corrupção. O deslocamento do centro comercial para o setor sudoeste da cidade, foi outro fator crucial para a consolidação do esvaziamento desses bairros.

A partir dos anos de 1980, a situação se alterou com a crise do cinema nacional e com o fim da exibição obrigatória de filmes nacionais. Poucas empresas ligadas aos segmentos da indústria cultural permaneceram na área; muitas se deslocaram para o quadrante sudoeste da cidade, acentuando o processo de degradação física e os problemas sociais já existentes, em contraste com a prosperidade do comércio de eletroeletrônicos na rua Santa Ifigênia.

Mas o fator que mais contribuiu para a consolidação da imagem negativa sobre o bairro foi o problema da dependência química, muito explorada pela mídia com o termo “Cracolândia”, que acentuou o antigo estigma da região como “submundo” da cidade. A decadência física e os diversos problemas sociais presentes em Santa Ifigênia desde o final do século XIX, tais como cortiços e prostituição, fizeram surgir expressões que denotam uma imagem negativa, como, por exemplo, o termo “Boca do Lixo”, criada pela imprensa sensacionalista nos anos de 1950.

Esses problemas podem estar relacionados à perda de uma parcela significativa da população ali residente, passando a ter então em grande maioria uma população flutuante nos horários comerciais e um grande esvaziamento do bairro nos horários noturnos.

Figura 42: Cracolândia, localizada na Alameda Cleveland



Fonte: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/51105-cracolandia-de-sp-muda-de-endereco#foto-693327>

Atualmente, de acordo com Bastos e Salles (2008), a composição populacional do bairro é bastante heterogênea, caracterizada por uma população flutuante nos inúmeros hotéis e cortiços existentes, e abrigando imigrantes angolanos, nigerianos, latino-americanos etc. e migrantes internos, sobretudo nordestinos.

O uso predominante no bairro mantém o foco nas funções de serviço e no comércio de eletroeletrônicos, instalado em sua grande maioria na rua Santa Ifigênia, sendo paralelamente ocupado por pessoas que trabalham na região, sobretudo no setor terciário.

Esses residentes acabaram se instalando nos edifícios ociosos e desocupados do bairro, que sem o amparo do poder público sofrem com a degradação e a falta de manutenção desses imóveis. A necessidade da aproximação da moradia com o emprego, buscando diminuir os grandes deslocamentos, é uma das razões da grande taxa de ocupação dessas áreas pela população.

Movimentos em defesa do direito à moradia estimam a existência de 100 ocupações de terrenos e de imóveis por toda a cidade de São Paulo. A região central da capital paulista concentra o maior número de ocupação de edifícios; é

possível encontrar bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), da Frente de Luta por Moradia (FLM) e do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) em vários prédios deteriorados. De acordo com o secretário municipal de habitação, Fernando Chucre, em entrevista concedida ao portal de notícias R7, em maio de 2018, a prefeitura de São Paulo calcula atualmente que cerca de 70 edifícios estejam ocupados no centro da capital.

Figura 43: Ocupação da rua Mauá



Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/09/moradores-da-ocupacao-maua-voltam-a-correr-risco-de-despejo>.

A revitalização e a reconstrução do bairro de Santa Ifigênia sempre foi um tema recorrente ao longo dos anos, a situação de abandono das edificações, percebida a partir dos anos de 1970, manifesta-se também no espaço público, com ruas e praças sujas, malcuidadas e inseguras, demonstrando o descaso do poder público com a região, fato que se acentua nos horários em que o comércio está fechado.

A vulnerabilidade social local, as zonas de prostituição instaladas no bairro e a cracolândia – que tem mudado constantemente de local nos últimos anos –, são os grandes desafios a serem enfrentados. Esses problemas minam qualquer senso de pertencimento e de relacionamento com a memória local, dificultando o processo

de aproximação da população com os referenciais históricos do bairro e do contato com a paisagem urbana local.

## 5.2. PAISAGEM URBANA DO BAIRRO E SUAS INTERAÇÕES COM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A paisagem urbana estabelecida ao longo dos anos no bairro de Santa Ifigênia retrata uma história de constantes conflitos e modificações urbanas, sociais e também econômicas sofridas pelo local. Os referenciais históricos presentes no bairro são de difícil identificação para a população, salvo os grandes edifícios que foram preservados e que tiveram seus usos modificados para equipamentos culturais. Degradação, sujeira e abandono são as características que mais marcam a paisagem urbana local.

De fato, o comércio de eletroeletrônicos consolidado na área marca a paisagem urbana do bairro, e carrega a reputação de paraíso dos eletrônicos, movimentado e cheio de vitalidade, mas após o horário comercial, a paisagem volta a ser marcada pelo vazio e abandono. Dessa forma, cabe aqui nos questionarmos se é possível notar no bairro uma identificação ou interação entre a população e o patrimônio histórico edificado, ou o mesmo só possui certa notoriedade pelo comércio específico instalado na região?

Essa falta de conexão, tanto dos comerciantes instalados no bairro, quanto dos moradores com os referenciais históricos, e até mesmo dos transeuntes diários, pode ser justificada pela história discriminada que o bairro carrega desde seus primórdios, de um lugar perigoso e marginalizado pela sociedade.

Os primeiros estudos sobre o bairro de Santa Ifigênia produzidos pelo Condephaat datam de 1982, e localizam-se em uma área delimitada pelas avenidas Rio Branco, São João, Duque de Caxias e a rua Mauá, sendo reconhecida a relevância de 62 edificações. A lista que deu origem ao processo de tombamento do bairro foi feita em 1986.

O conjunto de edificações indicadas pelo Condephaat para o tombamento naquele ano pode ser dividido, em três localizações: na rua do Triunfo, na rua de Santa Ifigênia e os situados nas proximidades da Estação da Luz (ruas Mauá, General Couto de Magalhães e Cásper Líbero). Nos três casos predominam as edificações ecléticas, somadas a algumas *art nouveau* e *art déco*, de usos

(habitação, comércio, hotel) e gabaritos (entre um e quatro andares) variados, todas construídas no alinhamento do lote.

Segundo Franco (2013, p. 4)

Foram privilegiadas as edificações que estavam em bom estado de conservação e que apresentavam certo grau de “autenticidade”. Também foram preservadas as edificações de esquina, ornamentadas e imponentes como os congêneres construídos na Paris haussmanniana.

Durante os anos de 1990 foi dada continuidade aos estudos para o tombamento do bairro, porém mudanças significativas ocorreram nas políticas de preservação implantadas pela Secretaria de Estado da Cultura na região. Pautada pela crença no potencial de “revitalização urbana” promovida por atividades culturais, foram criadas ou reformadas instituições de grande porte nos edifícios monumentais existentes. No final dos anos 90 foi proposta a criação de um novo polo cultural para a cidade através do projeto “Polo Cultural Luz”, como parte de um conjunto de tentativas que visavam “revitalizar” o centro da cidade. Essa proposta carregava a ideia da preservação e utilização do patrimônio apenas para a cultura.

Dessa forma, junto com os estudos para o tombamento de Santa Ifigênia deu-se a implementação de uma nova política cultural e urbana, pautada pela criação de grandes equipamentos culturais em edifícios tombados, custeados por parcerias entre o poder público e a iniciativa privada.

É neste contexto de “culturalização” do planejamento urbano que se propõe uma reflexão sobre o papel exercido pelo patrimônio cultural edificado no processo de requalificação urbana na região do bairro de Santa Ifigênia, sobretudo acompanhando a atuação do Condephaat e do Conpresp.

Durante os anos que passaram foi dada continuidade aos estudos para o processo de tombamento feito pelo Condephaat, cuja abrangência teve revisão em 2007, em conjunto com o Conpresp. Alguns edifícios foram acrescentados a lista de bens passíveis de tombamento, onde procurou-se privilegiar exemplos significativos das diversas formas de morar que existiam na região, seu estado de conservação e a integridade das edificações.

De acordo com Franco (2013, p. 13)

Acreditava-se que, com tal medida, estaria garantida a preservação de cerca de 99 imóveis, confirmando o reconhecimento da importância destas construções e do conjunto urbano. Porém, entre 2008 e 2009, uma “revisão dos tombamentos do bairro foi feita a pedido da Prefeitura assim que Sayad (João Sayad, Secretário Estadual de Cultura de então) assumiu a pasta, no

início da gestão José Serra (PSDB), em 2007. O argumento era que a preservação dos imóveis poderia inviabilizar o projeto de revitalização, a ser feito pela iniciativa privada”. Esta revisão resultou na exclusão total de treze imóveis anteriormente considerados relevantes, restando 86 imóveis da lista anterior.

Percebe-se nas políticas efetuadas ao longo dos anos a intenção de se criar um “conjunto harmonioso”, isso implica a valorização de edificações que tenham sido construídas no final do século XIX e começo do século XX, e que apresentam características formais semelhantes, mesmo que superficialmente, desconsiderando as edificações realizadas posteriormente. Franco (2013) afirma que essa atitude implica no esquecimento ou abandono de outras construções que, do ponto de vista estético, construtivo, afetivo, histórico ou até mesmo social, possam ser consideradas relevantes para os moradores e para o restante da cidade, permitindo questionar a validade, a pertinência e a representatividade dos critérios adotados para o tombamento.

Os anos 2000 possibilitaram algumas mudanças significativas nas diretrizes apontadas para o bairro de Santa Ifigênia até então. O impacto das “âncoras culturais” criadas na década anterior e seu suposto potencial de regeneração urbana foi muito menor do que o esperado. Como exemplo, podemos observar a Sala São Paulo, que tem uma relação quase que totalmente restrita com o seu entorno.

Figura 44: Sala São Paulo



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Apesar de diversos programas educativos serem oferecidos pelas instituições culturais locais, não há um enfoque no trabalho com os moradores dos bairros próximos, Santa Ifigênia inclusive, o que consolida o isolamento e a incapacidade em promover transformações consistentes nos seus arredores, contradizendo a hipótese de que a transformação de bens históricos tombados em equipamentos culturais tem a capacidade de requalificar áreas urbanas degradadas.

Talvez o melhor caminho para a requalificação de nossas cidades a partir da preservação dos edifícios e para obter uma aproximação entre patrimônio edificado e habitante, seja dar valor para os edifícios reconhecidos por seu uso e memória afetiva, tais como, no caso do bairro de Santa Ifigênia, o famoso Bar do Léo.

Figura 45: Bar Leo



Fonte: <http://visitecentrodesaopaulo.com.br/646-2/>

### 5.3. O PROCESSO DE TOMBAMENTO: UMA ANÁLISE DOS ESTUDOS REALIZADOS

A proposta de tombamento para Santa Ifigênia busca o reconhecimento do bairro como patrimônio cultural paulista. No texto de apoio<sup>23</sup> redigido para a audiência pública realizada na data de 16 de abril de 2018, é mencionada (p. 1)

a importância do lugar para a cidade de São Paulo, por se tratar de um território com diversas camadas temporais materializadas em diversos aspectos: as edificações, o traçado urbano, o uso e a ocupação do solo e a apropriação cultural diversificada, presente há décadas no local.

O tombamento do conjunto urbano foi aprovado em 1986, abrigando 88 imóveis, e foi ratificado em 2008. Por meio de uma solicitação feita pelo Condephaat, em 2017 foi apresentado um estudo que visava analisar o processo de tombamento anterior e os atores afetados tanto direta, quanto indiretamente pela decisão. Desse estudo resultou-se a atual proposta de tombamento do bairro que define regras objetivas de intervenção no local.

A proposta de minuta de resolução de tombamento constitui-se por quatro eixos principais<sup>24</sup>:

1. Identificação precisa dos imóveis e outros elementos listados para preservação no interior do polígono de proteção do tombamento;
2. Diretrizes para os imóveis listados no tombamento;
3. Diretrizes para os espaços públicos no interior do polígono de proteção;
4. Diretrizes morfológicas (alinhamentos/recuos frontais e laterais, gabarito, etc.) para cada testada de quadra interior do polígono de proteção, refletindo tanto a especificidade de cada segmento urbano que compõe o conjunto quanto a presença ou não de edifícios listados em cada testada e quadra.

Além dos quatro eixos propostos, durante o último estudo, foi indicada a inclusão de 32 novos bens no processo de tombamento, os quais evidenciam

---

<sup>23</sup> **Proposta de Regulamentação do Tombamento do bairro Santa Ifigênia.** Texto de apoio para Audiência Pública. 16/04/2018. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Proposta-de-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-Tombamento-do-bairro-Santa-Ifig%C3%AAnia-Texto-de-apoio-para-Audi%C3%AAncia-P%C3%BAblica-16.04.18.pdf>>.

<sup>24</sup> **Proposta de Regulamentação do Tombamento do bairro Santa Ifigênia.** Texto de apoio para Audiência Pública. 16/04/2018. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Proposta-de-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-Tombamento-do-bairro-Santa-Ifig%C3%AAnia-Texto-de-apoio-para-Audi%C3%AAncia-P%C3%BAblica-16.04.18.pdf>>.

diversos momentos históricos, bem como são testemunhos da evolução da cidade de São Paulo. Apesar desta justificativa, a inclusão foi contestada pela diretoria do grupo de pesquisa pois haveria a “dificuldade de notificação que tal inclusão traria aos autos nesse momento, sugerindo que os bens fossem estudados em outro expediente”<sup>25</sup>.

Sintetizando, o tombamento dos 88 imóveis e do perímetro de proteção já havia sido definido em 1986, foi ratificado em 2008, e nesse momento estão sendo realizadas as discussões sobre as diretrizes para análise das intervenções na área, bem como a proposta de inclusão dos novos bens nesse processo.

Durante a pesquisa foi possível compreender a complexidade que envolve a intervenção nessa área, ainda mais se considerarmos a diversidade dos grupos sociais atuantes no bairro, os quais tem visões muito distintas quando se trata do patrimônio e da preservação.

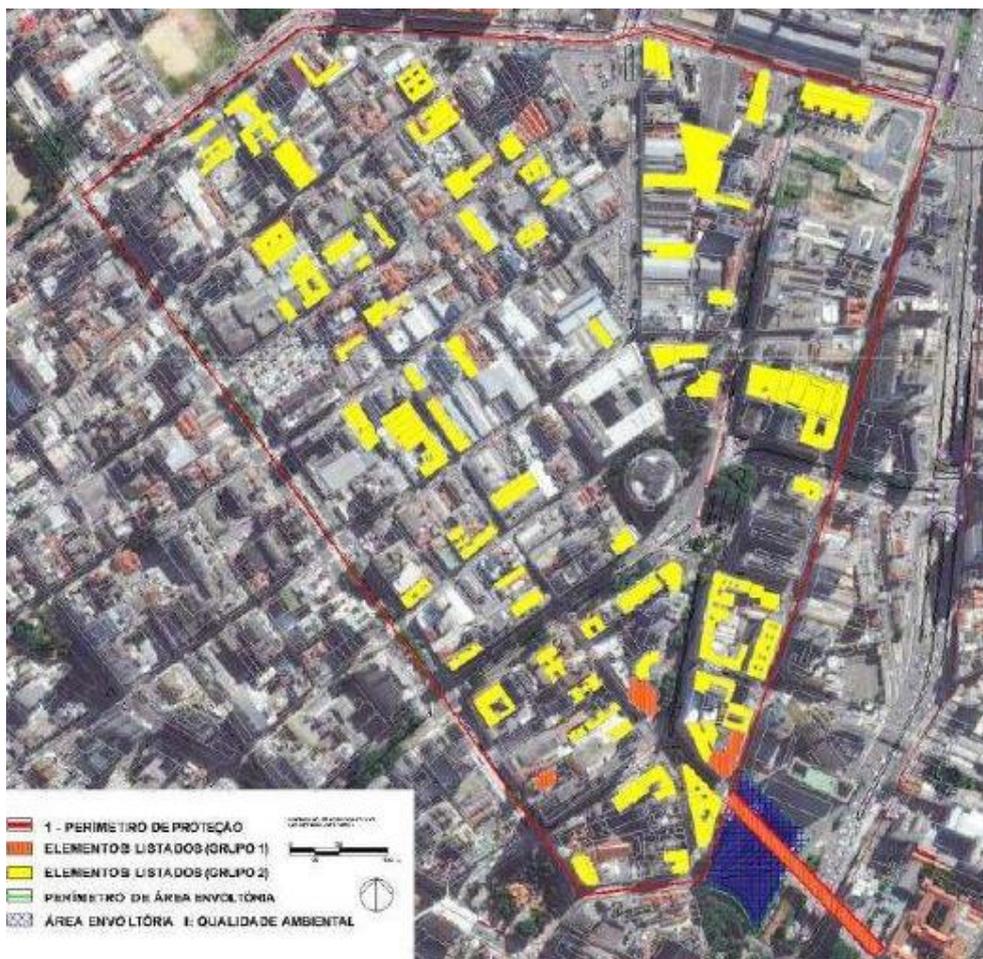
Por estar em uso pelo corpo técnico, não foi permitido realizar a consulta ao processo de tombamento do bairro de Santa Ifigênia, mas foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho a realização de pesquisa de campo, onde foi possível fotografar diversos imóveis, comparar os que foram indicados na lista para o tombamento, com os que não foram contemplados, bem como verificar os 32 imóveis sugeridos no último estudo para entrar na lista. Como não pudemos examinar todos os imóveis do perímetro, optou-se por concentrar a pesquisa nos imóveis situados na rua Santa Ifigênia, por ser o local com a maior concentração de bens a serem tombados.

O polígono de proteção do tombamento do bairro de Santa Ifigênia é delimitado pelas avenidas Rio Branco e Duque de Caxias, rua Mauá, Brigadeiro Tobias e rua Capitão Salomão; entra também no tombamento o Viaduto Santa Ifigênia.

Figura 46: Polígono de Proteção do bairro de Santa Ifigênia

---

<sup>25</sup> Idem.



Fonte: Texto de apoio para Audiência Pública. 16/04/2018. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Proposta-de-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-Tombamento-do-bairro-Santa-Ifig%C3%AAnia-Texto-de-apoio-para-Audi%C3%AAncia-P%C3%BAblica-16.04.18.pdf>.

No texto de apoio para a audiência pública realizada em 2018, os imóveis listados para a preservação foram divididos em dois grupos. O primeiro grupo, que contempla as obras de restauro, é composto por imóveis de importância individual devido a sua história, uso e tipologia, e a análise diz respeito tanto aos aspectos externos quanto aos internos da edificação. São eles: a Igreja de Santa Ifigênia, localizada no Largo Santa Ifigênia, s/n; a Igreja Luterana, na av. Rio Branco, 34 e o Viaduto Santa Ifigênia.

O segundo grupo (ANEXO E) englobará as obras de manutenção e/ou recuperação dos imóveis. As intervenções serão analisadas em função da importância do imóvel para o conjunto urbano do bairro de Santa Ifigênia, e serão

restritas aos aspectos externos das edificações, salvo os edifícios com mais de 3 pavimentos, nas áreas internas de circulação.

O conjunto de edificações, que já haviam sido indicadas em 1986 para o tombamento pelo Condephaat, estão em sua maioria situados nas ruas do Triunfo, Santa Ifigênia e nas proximidades da Estação da Luz. Os usos predominantes nas edificações são comércio, habitação e alguns hotéis, com gabarito entre um e quatro andares, construídas no alinhamento. Em linhas gerais, são edificações ecléticas, com alguns exemplares de *art nouveau*, sendo privilegiadas aquelas em bom estado de conservação, e preservados também os edifícios localizados nas esquinas, com ornamentos imponentes como, por exemplo, o Palacete Helvetia, localizado na esquina das ruas Santa Ifigênia e Aurora.

Figura 47: Palacete Helvetia



Fonte: acervo pessoal do autor, Setembro de 2018.

De acordo com Franco (2013, p. 10), tramitava na Prefeitura Municipal de São Paulo, em 1986, um projeto de intervenção entre a avenida Rio Branco, a rua Santa Ifigênia e a rua Mauá, o qual queria promover o adensamento e eliminar os cortiços existentes no local. Dessa forma, o pedido de tombamento feito pelo corpo técnico do Condephaat buscava amenizar os efeitos desse projeto:

preservando um determinado conjunto de edificações, o traçado e a paisagem existentes, considerados importantes por materializar os usos diversos, tais como o comércio, o lazer e a habitação, em tipologias igualmente variadas, ocupados por uma população marcada pela diversidade social e cultural ao longo do século XX.

No decorrer dos anos, deu-se continuidade aos estudos para o processo de tombamento do bairro de Santa Ifigênia, que teve sua abrangência revista em 2007, em conjunto com o Conpresp. Nesta ocasião foram acrescentados alguns imóveis a lista de bens passíveis de tombamento. Com essa medida estaria garantida a preservação de aproximadamente 99 imóveis considerados importantes para o conjunto urbano do bairro.

Porém, uma revisão nos tombamentos do bairro feita a pedido da Prefeitura de São Paulo, com o argumento de que a preservação de alguns imóveis poderia inviabilizar o projeto de revitalização que seria feito pela iniciativa privada<sup>26</sup>, resultou na exclusão de 13 edifícios anteriormente considerados relevantes, permanecendo apenas 87 imóveis da lista anterior e o Viaduto Santa Ifigênia.

A lista dos 32 imóveis sugeridos durante os estudos realizados em 2017 (ANEXO F), mostra uma nova variedade nas tipologias dos edifícios escolhidos. Nota-se que até 2007, a intenção era de criar com o tombamento, um conjunto harmonioso para o bairro, em sintonia com os monumentos já tombados presentes na região. Essa conduta resulta no abandono de outras construções que também poderiam ser consideradas relevantes por moradores ou para o restante da cidade, tanto pelo ponto de vista estético, quanto pelo lado afetivo, histórico ou até mesmo social. Essa forma de lidar com o patrimônio local abre espaço para questionar a legitimidade das diretrizes e dos critérios adotados até então para o tombamento.

Já na lista de inclusão dos 32 imóveis, feita em 2017 é possível perceber a inclusão de imóveis que não apenas se assemelham ao estilo dos bens anteriormente tombados, mas que são exemplares que evidenciam a evolução

---

<sup>26</sup> Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1902201001.htm>.

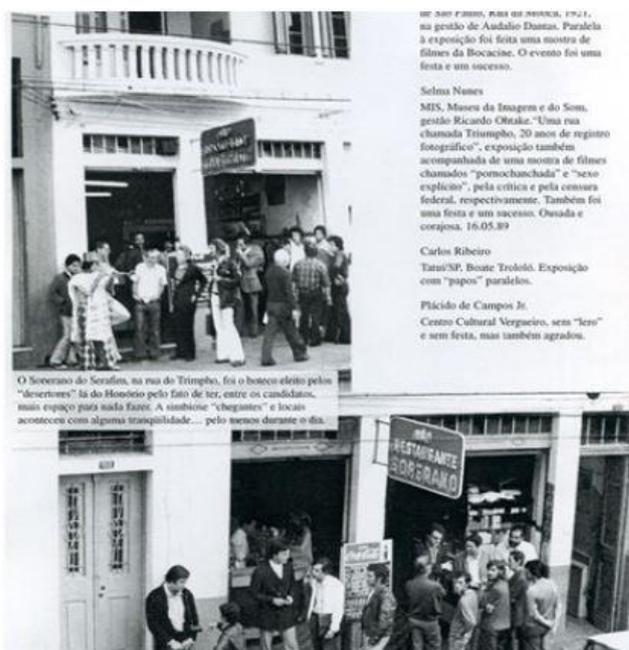
sofrida pelo local com o passar dos anos, e que possuem uma relação efetiva com o bairro, como é o caso do Antigo Bar e Restaurante Soberano, localizado na rua do Triunfo, principal ponto de encontro de cineastas, técnicos e atores ligados ao cinema da “Boca do Lixo” na década de 1970.

Figura 48: Bar e Restaurante Soberano, 2017.



Fonte: google, 2017.

Figura 49: Bar e Restaurante Soberano, 1970.



Fonte: FRANCO, Herta. Políticas de Preservação e Construção da Memória Urbana: o caso de Santa Ifigênia (SP). Revista CPC, (16), 7-35, 2013. Disponível em: <<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i16p7-35>>.

Nas diretrizes para as novas construções que podem surgir no bairro futuramente, foi levada em conta a diversidade nas características dos imóveis já localizados na área de proteção. É possível constatar o cuidado, por parte do corpo técnico, de identificar certa predominância na tipologia das construções de ruas e avenidas, e buscar manter minimamente um padrão visual, de forma que se evite um confronto com a paisagem urbana local, em decorrência do surgimento de novas edificações. De acordo com o texto de apoio para a audiência pública, a intenção é que os novos projetos sejam analisados tendo em vista sua integração à morfologia urbana já existente no local, buscando agregar valor à paisagem.

As principais restrições são na rua Santa Ifigênia, onde deverão ser respeitados o alinhamento e a volumetria das construções existentes; o gabarito poderá atingir a altura de 30 metros, desde que seja obedecido o recuo de 15 metros do alinhamento.

Nas avenidas e demais ruas do perímetro as restrições dizem respeito ao limite de altura das construções, sendo que os recuos de frente e laterais deverão ser examinados caso a caso.

As diretrizes apontadas para as novas construções no perímetro são obviamente necessárias e importantes para que não se percam as características originais do conjunto urbano, mas é necessário pontuar o risco que se corre de que as próximas construções se concretizem em réplicas dos edifícios já existentes. Esse ato faria com que a justificativa do tombamento dos imóveis por sua importância histórica perdesse todo o sentido.

No caso dos imóveis listados no tombamento as intervenções devem ser compatíveis com a tipologia do imóvel em questão, devem ser considerados ainda o grupo em que o imóvel foi classificado, tomando como referência sua ficha individual no processo de tombamento. Ainda é especificado a proibição do tratamento cego da fachada no nível térreo das construções, bem como a proibição da instalação de anúncios publicitários.

Há também especificações para os imóveis não listados no tombamento, os mesmos deverão prezar pelo ambiente urbano onde estão inseridos, e seguir as diretrizes de implantação dos lotes estabelecidas na “Tabela de diretrizes de implantação no lote”<sup>27</sup>, a qual orienta acerca do gabarito, alinhamento e recuos a serem obedecidos. As intervenções devem se configurar de forma harmônica às tipologias morfológicas do segmento urbano onde estão implantadas.

É fundamental também traçar diretrizes para os imóveis que não entraram na listagem de tombamento, pois eles são parte importante no conjunto urbano do bairro, e algumas intervenções podem acabar descaracterizando a paisagem urbana local.

As diretrizes para intervenção nos espaços públicos que se encontrem no interior do polígono de proteção deverão passar por aprovação prévia, com a exceção das obras de infraestrutura subterrânea, sinalização de trânsito e manutenção da iluminação pública. Todos os elementos de mobiliário urbano, esteja ele no interior do perímetro ou nos passeios e nas vias limítrofes, estão sujeitos à aprovação do Condephaat. A arborização deve privilegiar os passeios laterais, evitando a frente dos imóveis listados.

---

<sup>27</sup> Texto de apoio para Audiência Pública. 16/04/2018. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Proposta-de-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-Tombamento-do-bairro-Santa-Ifig%C3%AAnia-Texto-de-apoio-para-Audi%C3%AAncia-P%C3%BAblica-16.04.18.pdf>>.

Quando tratamos da paisagem de um determinado bairro, o espaço público talvez seja um dos meios mais utilizados para qualificar o espaço urbano. Justamente por essa importância, as diretrizes presentes na proposta de tombamento deveriam ser mais específicas e objetivas nessa área. Sabe-se que o bairro de Santa Ifigênia sofre há décadas com a descaracterização progressiva presente no local, com essas diretrizes vagas perde-se a oportunidade de oferecer artifícios para a melhoria da paisagem urbana do bairro.

Não há no processo de tombamento nenhuma menção ao tipo de uso dos imóveis listados. Esse fato pode ser visto como um ponto positivo, pois desde que se cumpram as diretrizes de intervenção o imóvel permanece livre para acolher qualquer uso e ser devidamente inserido na vida da cidade.

O diálogo entre as diferentes esferas de poder, órgãos públicos e sociedade civil, não tem se mostrado eficaz durante as décadas por quais que tem passado o processo de tombamento do bairro de Santa Ifigênia.

Ao longo dos anos, essa interação sempre foi muito conturbada e marcada por numerosos impasses e debates acalorados, protagonizados por ambos os lados. As diversas tentativas de implantação de projetos que visavam requalificar essa área da cidade são exemplos da difícil relação entre os setores.

Há ainda a possibilidade de surgir um impasse entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab) e os órgãos responsáveis pelo tombamento na região. Ambas as companhias possuem planos de desapropriação para quarteirões e terrenos no bairro de Santa Ifigênia, mas não foram encontrados documentos que comprovem o contato do Condephaat com as companhias, ao selecionar os imóveis para a lista de tombamento, para verificar possíveis interferências nos planos habitacionais para a região. São fatores como esse que mostram a difícil articulação entre os órgãos públicos competentes.

Do outro lado da balança, há também os movimentos sociais que militam por moradia no centro. A prioridade desse grupo certamente é a garantia da implementação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), a qual representa uma possibilidade de melhora das condições de moradia. Para esse grupo, parece improvável a preservação das edificações juntamente com a implementação de

políticas habitacionais, e que tenham como objetivo garantir a permanência da população nessa área.

Como já mencionado, o fato de diversos projetos criados para essa área da cidade ao longo dos anos não terem sido concluídos, é um dos maiores indicadores da dificuldade de diálogo entre as diferentes esferas da sociedade. Esses impasses fazem com que as melhorias pensadas para a região não consigam ser concretizadas, acarretando a perpetuação da degradação da paisagem local.

Estabelecer esse diálogo com as demais esferas de poder é um dos pontos que deveria ter sido realizado durante os estudos para o processo de tombamento do bairro, pois é um passo importante para definir quais os imóveis que devem ou não entrar para a lista, quais os planos que estão em curso para a área, e assim ampliar ainda mais a pesquisa que já vem sendo realizada internamente pelo órgão responsável pelo tombamento.

O estudo também poderia ter abordado os temas referentes a migração e imigração no local, ocorrida durante os anos 1960 após a instalação da rodoviária na região, a indústria cultural que se estabeleceu lá nas décadas de 60 e 70, com a intensa produção cinematográfica da “boca do lixo”, bem como as intensas transformações dos modos de morar e o tipo de sociabilidade mista que é um marco do bairro desde seus primórdios. Essas questões não parecem ter sido abordadas e discutidas durante o processo, fazendo com que boa parte da memória local seja esquecida.

É necessário enaltecer também as melhorias que os novos estudos trouxeram, frente ao que já havia sido decidido no processo de 1986. A revisão de 2018 propõe que não se preserve os edifícios apenas pela importância estética, ou pelo conjunto harmônico que construções de uma mesma época possam gerar, mas também pela memória afetiva. Essa mudança de pensamento abre o caminho para que possamos debater a construção de uma memória viva.

O processo de tombamento do bairro de Santa Ifigênia também levanta questões importantes como a qualidade da paisagem urbana das nossas cidades, oferta de habitação no centro, degradação e abandono das áreas centrais, etc., e faz com que esses temas sejam pauta constante dos órgãos públicos de gestão, bem como sejam debatidos por toda a sociedade, chamando a atenção para a má

articulação entre os diversos setores que gerem a cidade, e a necessidade da busca constante pela melhoria no diálogo entre os mesmos.

O processo de tombamento do bairro poderia gerar muito mais frutos se fosse mais transparente e contínuo, o mesmo tem se arrastado por anos contribuindo para o surgimento de impasses a respeito da preservação.

Segundo Franco (2013, p. 29),

Muitos edifícios e áreas urbanas estão protegidos legalmente, mas a morosidade nos estudos do tombamento, a inexistência de uma política clara de incentivos fiscais aos proprietários, e a desvalorização dos imóveis com o tombamento acabam facilitando “a relação de grandes negócios imobiliários”.

Espera-se que com o processo de tombamento do bairro de Santa Ifigênia não se perpetue o ato de preservar apenas pela estética, esquecendo-se de aspectos da história local que ressaltem mesmo as contradições e os conflitos do processo de urbanização do bairro, a desigualdade e a injustiça social, pois essas características fazem parte da construção da memória do lugar. É aceitando essa realidade que conseguiremos construir referenciais com identidade, do contrário continuaremos a preservar sem criar nenhum vínculo com o ambiente urbano ou senso de pertencimento.

## REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de preservação do patrimônio certamente já passou por diversas mudanças com o decorrer das décadas, e atualmente é indispensável que se coloque em pauta o patrimônio quando pensamos no planejamento urbano de nossas cidades.

É necessário que a noção de patrimônio esteja presente no dia a dia da nossa sociedade, e que rompamos com a ideia de que um edifício só é importante para a história local por sua monumentalidade ou tipologia específica, pois como já mencionado, o patrimônio possui a capacidade de estimular a memória local, reforçando a sensação de pertencimento e a construção de uma identidade cultural.

Por esse motivo, escolheu-se duas formas distintas de se lidar com a preservação do patrimônio como estudo de caso no desenvolvimento desse trabalho; para que pudéssemos verificar os pontos positivos e negativos em ambas as abordagens, e assim apontar possíveis caminhos para a melhora na gestão do patrimônio em nossas cidades, favorecendo por consequência a relação do cidadão com o mesmo.

Foi possível verificar sobre o modelo de gestão do patrimônio adotado pelo PAC Cidades Históricas que um dos maiores impasses para a evolução do programa é a falta de diálogo entre as diferentes esferas de governo. Esse é um dos vários aspectos que travam os avanços e geram impasses, fazendo com que as obras sejam paralisadas diversas vezes.

Outro fator importante é o restauro atrelado ao setor de turismo, modelo do qual o PAC faz uso contínuo. O estudo de caso com foco em Paranapiacaba permite apontar o acerto na escolha desse modelo para o caso em questão. As obras de restauro aliadas à promoção do turismo em Paranapiacaba visam trazer para o distrito, que vinha sendo esquecido, movimento e novo vigor, apesar de como já mencionado, não atingir as expectativas esperadas pela população quanto à promoção do turismo no distrito.

Cabe lembrar que a interligação entre patrimônio e turismo dá margem para o esquecimento de que o ato de preservar deve se interligar à dinâmica dos

moradores e dos costumes locais, e muitas vezes o que se vê, é o congelamento de edifícios, a expulsão de moradores originais etc.

No estudo de caso do tombamento do bairro de Santa Ifigênia também fica evidente a lentidão dos processos durante o desenvolvimento das atividades por parte dos órgãos competentes. E essa é uma questão que, se bem executada, tem muito a contribuir para a aproximação e o engajamento da população com a preservação do patrimônio.

Outro fator importante a ser considerado é o critério utilizado para a escolha do que deve ser preservado. Ao longo da pesquisa pudemos perceber um avanço nesse quadro. Se antigamente as preservações levavam em conta, na sua grande maioria, a questão estética do edifício, hoje passamos a pensar e considerar também a importância da construção da memória afetiva que as edificações trazem para a cidade. É esse justamente o ponto que essa pesquisa se propôs a debater, um referencial histórico que está inserido na vida cotidiana da cidade, que possui ligação afetiva com os habitantes, têm muito a contribuir para a qualidade da paisagem urbana de nossas cidades.

Apesar dos avanços vistos nos últimos anos, a resistência acerca da preservação da memória ainda é grande, principalmente na cidade de São Paulo, tida como símbolo do avanço econômico, onde ainda se perpetua a ideia do rodoviarismo e da verticalização, valores urbanos em 1950. Essas questões fazem com que as políticas de preservação vigentes sejam frágeis, pois não se concretizou a associação delas às de planejamento urbano, com ações que realmente atendam às questões exigidas pela metrópole contemporânea dos dias atuais.

De toda forma, é preciso muito cuidado com a forma na qual esses patrimônios serão inseridos na rotina urbana. Seja associado ao turismo ou atrelado a “casas de cultura”, o patrimônio por si só, não é capaz de revitalizar ou regenerar áreas degradadas. É preciso construir uma relação concreta com o entorno onde o patrimônio está inserido, manter uma ligação tanto com os moradores locais quanto com os de bairros mais distantes, do contrário não será possível atingir a requalificação urbana. Vale mencionar a vasta possibilidade de usos que a preservação de um patrimônio nos traz, que não necessariamente a utilização para fins culturais, fato que deveria ser mais aproveitado por nossas cidades.

Todas as reflexões feitas no decorrer deste trabalho convergem diretamente para urgência na transversalidade dos temas durante o planejamento de nossas cidades. É indispensável que pensemos a cidade como um único organismo, cujas “peças” são interligadas, e necessitam ser trabalhadas em conjunto e harmonia, para um pleno funcionamento.

A gestão do patrimônio precisa urgentemente ser pensada como parte importante na construção do espaço urbano, pois a mesma possui a capacidade de manter a memória viva, estabelecendo uma ligação importantíssima entre ambiente urbano e cidadão, ligação essa indispensável para a qualificação da paisagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS<sup>28</sup>

### MONOGRAFIAS

JORGE, Clóvis de Athayde. **Santa Ifigênia**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999. (História dos Bairros de São Paulo; 23).

ARIAS, Patricio Guerrero. **La cultura. Estrategias Conceptuales para comprender la identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia**. Escuela de Antropología Aplicada UPS-Quito. Ediciones Abya-yala, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio**. 8. ed. [S.l.]. Editora: Positivo, 2010. 954 p.

BANDARIN, Francesco. **The Bologna Experience: planning and historic renovation in a communist city**. In: APPLEYARD, D. The conservation of European cities. London: Routledge, 1979. p. 178-202.

BEZERRA, Rilciane de Souza. **Capacidades estatais e programas federais: o processo de implementação de programas de preservação do patrimônio cultural no município de Olinda, Pernambuco**. 2018. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas) Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-15072018-215024/>>. Acesso em: 14-08-2018.

**Boletim CEInfo Informativo Censo Demográfico 2010**, nº 02. Julho 2012. Coordenação de Epidemiologia e Informação - CEInfo da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de Elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural** / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

BRAVO, Luisa. **Area conservation as socialist standard-bearer: a plan for the historical centre of Bologna in 1969**. In: GLENDINNIN G, M. (org.). *Mirror of*

---

<sup>28</sup> De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

Modernity. The Post-war Revolution in Urban Conservation. Paris: Docomomo International, 2009.

CALLIARI, Mauro. **Espaço Público e Urbanidade em São Paulo**. São Paulo: Bei Comunicação, 2016.

CERVELATTI, Píer Luigi. **Bolonia: politica y metodologia de la restauración de centros históricos**. Bologna, Mulino, 1991, p. 12-60.

CERVELLATI, Pier Luigi; EMILIANI, A.; RENZI, R. et al. **Bologna centro storico: catalogo per la mostra bologna centro storico, bologna, palazzo d'accursio, 1970**. Bolonha: Edizione Alfa, 1970.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 4ª Edição. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CORDEIRO, Simone Lucena (Org.). **Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1983)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

CREA-SP. Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico. **Patrimônio Histórico: como e porque preservar**. 3ª Edição, 2008.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Editora: Édipto, 1ª Edição, 2015.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 19-29.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Editora: Lamparina, 2014. 1ª edição: 1992.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Texto de Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro**. Editora: Ateliê Editorial, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Editora: WMF Martins Fontes; Edição: 3ª; 2011. 1ª Edição: 1960.

MELO, José Arnaldo Fonseca de. **Cidade & Saúde**. 2014. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.16.2014.tde-01072014-113510. Acesso em: 22-11-2018.

NESBITT, Kate. **Uma Nova Agenda Para a Arquitetura**, Cosac Naify, 2006. Cap. 9, p. 441-489.

ONU, UNESCO, IPHAN. **Manual de Referência: Gestão do Patrimônio Mundial Cultural**, 2016.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. **A reabilitação urbana em processo**. In: LIMA, E. e MALEQUE, M. *Cultura, Patrimônio e Habitação: possibilidades e modelos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. P, 64-82.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio cultural e cidade: práticas de preservação em São Paulo**. 2009. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi: 10.11606/T.16.2009.tde-19032010-104346. Acesso em: 06-08-2018.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000 (original: Making democracy work. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

SAMPAIO, Andréa da Rosa. **Centros históricos de Bolonha e do Porto: lições de reabilitação urbana para o debate contemporâneo**. *Revista CPC*, (23), pag. 40-64, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i23p40-64>>. Acesso em: 17-11-218.

SANTOS, Milton. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SOUZA, Lara Melo. **Chaminés e arranha-céus: uma abordagem sobre o processos e prática da preservação na metrópole paulista**. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.16.2011.tde-30012012-103006. Acesso em: 22-11-2018.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade**. Espaço & Debates, São Paulo, v. '23, n.43-44, p. 92-105, 2004.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **Conservação Integrada e Planejamento Urbano: Uma Revisão**. Cadernos de Estudos sociais, recife, vol. 19, nº 1, p. 107–124, 2003.

## **PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**

ADAM, Roberto Sabatella. **Analisando o conceito de paisagem urbana de Gordon Cullen**. Da Vinci, Curitiba, V. 5, N. 1, P. 61-68, 2008.

ALLUCCI, Renata. **Consumir as Cidades Históricas**. 4º COMUNICON, 2014.

AGOSTINI, Ilaria. **Dal restauro urbano al “dov’era, ma non com’era”. Dialogo con Pier Luigi Cervellati sulla cultura della citta storica**. In: *Ricerche e progetti per il territorio, la citta e l’architettura*, p. 277-288, june 2013. Disponível em: <[https://in\\_bo.unibo.it/article/view/3960](https://in_bo.unibo.it/article/view/3960)>. Acesso em: 17-11-2018.

AZZI, Christine Ferreira. **O Patrimônio Histórico e a Cultura Material no Renascimento**. Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

BASTOS, Sênia. SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. **História Urbana e Hospitalidade: o bairro de Santa Ifigênia/São Paulo**. XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão. ANPUH/SP – USP, 2008.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas**. 2007.

DEMARCHI, João Lorandi. (2016). **Perspectivas para atuação em educação patrimonial**. Revista CPC, (22), 267-291. In: <<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p267-291>>

FONSECA, Thalita Pereira da. (2009). **Participação em ações de preservação: o caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro**. *Risco: Revista De Pesquisa Em*

*Arquitetura E Urbanismo (Online)*, (10), 35-44. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i10p35-44>.

FRANCO, Herta. **Políticas de Preservação e Construção da Memória Urbana: o caso de Santa Ifigênia (SP)**. Revista CPC, (16), 7-35, 2013. Disponível em: <<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i16p7-35>>.

JUNIOR, Heitor Frugoli. (2001). **Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro**. *Plural - Revista De Ciências Sociais*, 8, 29-62. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2001.75748>.

GOYA, Paula Landin. **Percepção do espaço urbano: análise da valorização de paisagens urbanas**. 1992. *Paisagem E Ambiente*, (4), 121-127. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i4p121-127>.

CARLOS, Claudio Antônio Santos Lima. **Renovação Urbana Contida Por Formas Históricas**. Fórum: Intervenções em Centros Históricos - Vol. 1, Nº. 1, 2008.

LIMA, Evelyn. **Corredor Cultural do Rio de Janeiro: uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural**. FORUM PATRIMÔNIO: amb. constr. e patr. sust. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, set./dez 2007.

MEDEIROS, Mércia Carréra de. SURYA, Leandro. **A Importância da educação Patrimonial para a preservação do patrimônio**. ANPUH- XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Políticas Públicas e Gestão do Patrimônio Histórico**. História em revista. V. 10, 2006.

MELLO, Janaína Cardoso de. **São Paulo de todas as cores: cartografias socioespaciais, imigrações e circularidades de ideias em Santa Ifigênia**. Méris: história e cultura, 2015.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. **Espaço Público: ação política e práticas de apropriação: conceito e procedências**. 2009.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **O pensamento de John Ruskin**. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 07, n. 074.03, Vitruvius, fev. 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>>.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; DINIZ, Bruna Calabria; WILDNER, Gabriel da Silva. **Educação e Arquitetura: reflexões relacionadas ao ato de preservar o patrimônio cultural edificado**. IV Congresso Internacional de Educação Científica e Tecnológica, 2017.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; BRONZATO, Caroline; BOCK, Dienifer Silveira; COSTELLA, Francieli Ferrari. **Preservação do patrimônio histórico e cultural através do planejamento urbano: a gestão no município de Cruz Alta/RS**. Revista RevInt., v.2, p.93-107, 2014.

PASSOS, Aline. **Vandalismo, patrimônio público e espaço urbano**. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2016/02/04/vandalismo-patrimonio-publico-e-espaco-urbano/>>. Acesso em: 14-08-2018.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, 2006, v.26, nº51, p.115-140.

PERRONE, Rafael Antônio Cunha. **A citação como referência e a referência como citação**. 2011.

Revista AU. **Fato e Opinião: o que é espaço público?** Edição 232, 2013. Disponível em: <[au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx](http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx)>.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Inquérito sobre as habitações operárias e os cortiços do Distrito de Santa Ifigênia (1893): um antecedente do Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894**. Seminário: 120 anos de Legislação Sanitária: os muitos percursos do desenvolvimento paulista (1894 a 2014). Disponível em: <<http://www.cvs.saude.sp.gov.br/up/Maria%20Alice.pdf>>. Acesso em: 06-12-2018.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de educação patrimonial do MAEA-UFJF**. XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **Identidade cultural**. Brasil Escola. [s.d.]. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/identidade-cultural.htm>>. Acesso em 26-11-2018.

RODRIGUES, Marly. **De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo**. In: Revista do Patrimônio. Rio de Janeiro (24), 1996. p. 195 – 204.

SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. **Instrumentos de política urbana para valorização do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir**. História: debates e tendências, 2008.

SANTOS, Cecília. **Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural**. São Paulo em Perspectiva, 2001.

STARLING, Mônica. **Entre a lógica de mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural**. Políticas culturais in: revista, v.5, p. 91-108, 2012.

## DOCUMENTOS JURÍDICOS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CONDEPHAAT. **Proposta de Regulamentação do Tombamento do bairro Santa Ifigênia**. Texto de apoio para Audiência Pública. 16/04/2018. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Proposta-de-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-Tombamento-do-bairro-Santa-Ifig%C3%AAnia-Texto-de-apoio-para-Audi%C3%AAncia-P%C3%BAblica-16.04.18.pdf>>.

## MATERIAIS ESPECIAIS

ASSAL, Marianna Al; MOSANER, Fábio. **Patrimônio, projeto e memória: perspectivas históricas e contemporâneas**. Palestra ministrada pela Escola da Cidade no curso de pós-graduação Geografia, Cidade e Arquitetura, 2017. Disponível em: <[escoladacidade.org/bau/marianna-al-assal-e-fabio-mosaner-patrimonio-projeto-e-memoria/](http://escoladacidade.org/bau/marianna-al-assal-e-fabio-mosaner-patrimonio-projeto-e-memoria/)>. Acesso em: 15-08-2018.

“**Junho – O mês que abalou o Brasil**”. Brasil, 2013. Direção João Warner.

“**Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**”. Brasil, 2017. Produção: ASCOM, Iphan. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B6FxZj2iqzg>>.

## WEBSITES

ABCD JORNAL. Disponível em: <[https://abcdjornal.com.br/santo-andre-retomara-obras-de-restauro-em-paranapiacaba/?fbclid=IwAR0n8EpKXFrpVS8OCEDi4Rrp9KthqFsSW-8bg3A1Tg-ht\\_Zj3EA4bfNJ84o](https://abcdjornal.com.br/santo-andre-retomara-obras-de-restauro-em-paranapiacaba/?fbclid=IwAR0n8EpKXFrpVS8OCEDi4Rrp9KthqFsSW-8bg3A1Tg-ht_Zj3EA4bfNJ84o)>. Acesso em: 26 jan. 2019

ALO. Disponível em: <[www.alo.com.br/noticias/patrimonio-historico-de-brasilia-amanhece-depredado-apos-dia-de-protesto-377698](http://www.alo.com.br/noticias/patrimonio-historico-de-brasilia-amanhece-depredado-apos-dia-de-protesto-377698)>. Acesso em: 14 ago. 2018.

AMBIENTE SP. SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA. Disponível em: <<http://www2.ambiente.sp.gov.br/noticias/2008/06/24/grupo-de-teatro-encerra-apresentacao-no-parque-villa-lobos-neste-fim-de-semana/>>. Acesso em: 13 out. 2018.

AMIGO DA CULTURA. Disponível em: <<http://www.amigodacultura.sp.gov.br/ConsultaCondephaat/consulta>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. Disponível em: <<http://www.vivaocentro.org.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BIBLIOO CULTURA INFORMACIONAL. Disponível em: <[biblioo.info/paco-imperial-depredado/](http://biblioo.info/paco-imperial-depredado/)>. Acesso em: 14 ago. 2018.

CADEIRA VOADORA. Disponível em: <<http://cadeiravoadora.com.br/cadeira-voadora-em-barcelona-eixample-e-la-pedrera/>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

CONDEPHAAT. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

CIDADE BIZ. Disponível em: <<http://www.cidadebiz.com/noticia/sesc-pompeia-em-sao-paulo-torna-se-patrimonio-cultural-do-pais>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

CICLO VIVO. Disponível em: <<https://ciclovivo.com.br/inovacao/inspiracao/conheca-6-hortas-comunitarias-espalhadas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CONCEITO. Disponível em: <<https://queconceito.com.br/capital-social>>. Acesso em: 11 out. 2018.

COLETIVO A CIDADE PRECISA DE VOCÊ. Disponível em:

<<https://www.acidadeprecisa.org/>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

COLETIVO A GAMBIARRA. Disponível em: <<https://www.agambiarra.com/ocupe-estelita-contra-o-avanco-imobiliario/>>. Acesso em: 11 out. 2018.

CARTA CAPITAL. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/revista/974/ocupacao-maua-uma-aula-de-resistencia>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

DOCOMOMO. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em: 14 out. 2018.

DOCOMOMO. Disponível em: <[http://www.fredmussat.fr/e-proceedings2\\_dec09/mirror\\_of\\_modernity\\_bravo.htm](http://www.fredmussat.fr/e-proceedings2_dec09/mirror_of_modernity_bravo.htm)>. Acesso em: 17 nov. 2018.

DICIO. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1069928/identificacao-mapeamento-e-quantificacao-das-areas-urbanas-do-brasil>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/contando-ciencia/embrapa-gestao-territorial>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

EMPLASA. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ESTADÃO. PORTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em:

<<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,patrimonio-historico-vive-abandono-pelo-pais,70002130406>>. Acesso em: 23 out. 2018.

EXAME. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/gols-da-copa-diminuem-e-jogos-apresentam-mais-faltas/>>. Acesso em: 08 out. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1902201001.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

G1. Disponível em: <[g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghtml](http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghtml)>. Acesso em: 26 set. 2018.

G1. Disponível em: <[g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/02/incendio-destroi-acervo-do-liceu-de-artes-e-oficios-em-sp.html](http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/02/incendio-destroi-acervo-do-liceu-de-artes-e-oficios-em-sp.html)>. Acesso em: 26 set. 2018.

G1. Disponível em: <[g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/incendio-atinge-museu-da-lingua-portuguesa-em-sp-bombeiros.html](http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/incendio-atinge-museu-da-lingua-portuguesa-em-sp-bombeiros.html)>. Acesso em: 26 set. 2018.

G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/02/pular-o-carnaval-em-salvador-e-mais-caro-que-no-rj-e-no-recife-diz-estudo.html>>. Acesso em: 08 out. 2018.

G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/manifestantes-causam-depredacao-em-predios-na-esplanda-dos-ministerios.ghtml>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/fachada-do-pateo-do-collegio-e-pichada-em-ato-de-vandalismo.ghtml>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

GOVERNO DO BRASIL. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

IDENTIDADES. Disponível em: <[identidades.com.br/santa-ifigenia/](http://identidades.com.br/santa-ifigenia/)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

IG. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/cultura/2013-02-01/blocos-de-carnaval-voltam-a-ocupar-as-ruas-de-sao-paulo.html>>. Acesso em: 04 out. 2018.

INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Disponível em: <<http://www.idesp.sp.gov.br/visualizador>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

IPATRIMÔNIO. Disponível em:

<<http://www.ipatrimonio.org/?p=77#!/map=38329&loc=-23.544217999999987,-46.643581,17>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

IPHAN. Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conjuntos\\_urbanos\\_protegidos\\_ate\\_%20janeiro\\_%20de\\_%202017.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conjuntos_urbanos_protegidos_ate_%20janeiro_%20de_%202017.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

IPHAN. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

JUS. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/3160/a-protecao-do-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

METRÔ JORNAL. Disponível em:

<<https://www.metrojornal.com.br/foco/2018/04/13/obras-pac-param-e-vila-de-paranapiacaba-vive-dias-de-ruinas.html>>. Acesso em: 23 out. 2018.

MOVIMENTO BOA PRAÇA. Disponível em: <<http://movimentoboapraca.com.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

MULTIRIO. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/993-mapa>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

ORÇAMENTO FEDERAL. Disponível em:

<<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2013-1/>>. Acesso em: 26 jan. 2019

PAC. Disponível em: <[www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/pac-cidades-historicas](http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/pac-cidades-historicas)>. Acesso em: 22 out. 2018.

PESQUISA FAPESP. Disponível em:

<<http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/11/24/area-urbana-abrange-menos-de-1-do-territorio-brasileiro/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Disponível em:

<<http://dados.gov.br/>>. Acesso em 12 dez. 2018.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em:

<<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em 12 dez. 2018.

PORTAL R7. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/centro-de-sao-paulo-tem-pelo-menos-outros-70-predios-ocupados-02052018>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

PRAÇAS. Disponível em: <<https://www.pracas.com.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Disponível em:

<<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/organizacao/0006>>. Acesso em: 14 out. 2018.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Disponível em:

<[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio\\_historico/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/)>. Acesso em: 12 out. 2018.

REDE BRASIL. Disponível em:

<<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/09/moradores-da-ocupacao-maua-voltam-a-correr-risco-de-despejo>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

REVISTA GALILEU. Disponível em:

<<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2018/09/apos-incendio-cientistas-avaliam-o-que-restou-do-museu-nacional.html>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

REVISTAS USP. Disponível em: <[www.revistas.usp.br](http://www.revistas.usp.br)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/condemphaat-realiza-audiencia-publica-para-apresentar-proposta-de-tombamento-do-bairro-de-santa-ifigenia-e-sua-regulamentacao/>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

SINPSI. SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DE SÃO PAULO. Disponível em:

<<http://www.sinpsi.org/index.php/noticia/index/id/3213>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

SP BAIRROS. Disponível em: <[www.spbairros.com.br/rua-santa-ifigenia/](http://www.spbairros.com.br/rua-santa-ifigenia/)>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SPCITY. Disponível em: <<https://spcity.com.br/praca-por-do-sol/>>. Acesso em 11 out. 2018.

SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO.

Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: 14 out. 2018.

UOL. CONGRESSO EM FOCO. Disponível em:

<<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/policia-prendeu-2-608-nos-protestos-de-junho/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

UOL. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2017/12/194082-parque-do-ipiranga-e-simbolo-de-historia-arquitetura-e-lazer.shtml>>. Acesso em: 06 out. 2018.

UOL. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2017/09/06/em-sao-paulo-ocupacao-largo-da-batata-vive-novo-impasse/>>. Acesso em: 03 out. 2018.

UOL. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/51105-cracolandia-de-sp-muda-de-endereco#foto-693327>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

VCSP. Disponível em: <<http://visitecentrodesaopaulo.com.br/646-2/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura-lazer/vila-de-paranapiacaba-passeio-trem/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/franca-fechara-torre-eiffel-e-louvre-com-medo-de-novos-protestos-violentos/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

VIAGEM E TURISMO. Disponível em:

<<https://viagemeturismo.abril.com.br/cidades/bolonha/>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

## ANEXOS

### ANEXO A – Conceitos

PATRIMÔNIO	Todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular.
PRESERVAÇÃO	É a manutenção de um bem no estado físico em que se encontra e a desaceleração de sua degradação, visando prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural.
CONSERVAÇÃO	Processos que visam à manutenção do patrimônio, sem alteração de suas características, de modo a preservar seu significado cultural. Conjunto de intervenções e, posteriormente, de controle do estado de equilíbrio das estruturas e dos materiais, dentro de padrões considerados regulares e compatíveis com as condições presentes e favoráveis à identidade da edificação ou da obra de arte, não pretendendo retornar o objeto ao estado original.
TOMBAMENTO	É um conjunto de ações, realizadas pelo poder público e alicerçado por legislação específica, que visa preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização.
RECONSTRUÇÃO	É o restabelecimento exato do estado anterior conhecido de um bem. Admite o uso de materiais diferentes dos originais, sejam novos ou antigos.
RESTAURAÇÃO	É um conjunto de atividades que visa a restabelecer o estado original ou próximo deste e anterior aos danos decorrentes da ação do tempo, ou do próprio homem em intervenções que descaracterizam um bem imóvel ou móvel. Visa a garantir a permanência de um testemunho físico e real de época passada para gerações futuras. Os processos de restauração são orientados por posturas consolidadas em cartas patrimoniais.
CARTAS PATRIMONIAIS	As diretrizes para a conservação, manutenção e restauro do patrimônio histórico, local, regional, nacional ou mundial, estão expressas nas cartas patrimoniais. Estas tratam da evolução conceitual e das formas de ação sobre um patrimônio histórico e arquitetônico. Refletem o que se pensou e o que se pensa no âmbito da comunidade de especialistas e organismos nacionais e internacionais que trabalham com a preservação de patrimônios culturais.

Fonte: produzido pela autora, a partir de dados do IPHAN.

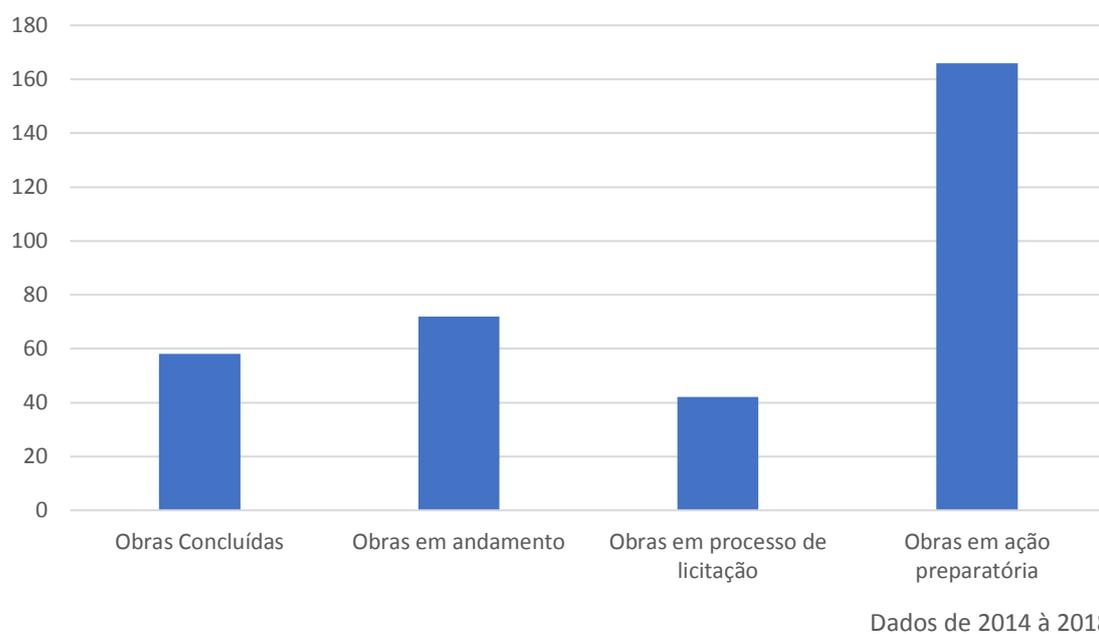
## ANEXO B – Crescimento populacional 2000-2010 segundo Distrito Administrativo

**Tabela 3 - Taxa de Crescimento Populacional 2000-2010 segundo Distrito Administrativo (DA), por ordem decrescente Município de São Paulo, 2010**

CRS	DA	TAXA	CRS	DA	TAXA
SUL	VILA ANDRADE	5,60	LESTE	PARQUE DO CARMO	0,64
NORTE	ANHANGUERA	5,54	SUDESTE	CARRÃO	0,63
CENTRO-OESTE	VILA LEOPOLDINA	3,92	LESTE	ERMELINO MATARAZZO	0,62
CENTRO-OESTE	MORUMBI	3,10	CENTRO-OESTE	JARDIM PAULISTA	0,58
CENTRO-OESTE	CAMBUCI	2,55	CENTRO-OESTE	RIO PEQUENO	0,58
SUL	PARLHEIROS	2,46	LESTE	GUAIANASES	0,54
CENTRO-OESTE	BOM RETIRO	2,45	SUDESTE	VILA MARIANA	0,54
NORTE	JARAGUÁ	2,39	LESTE	ITAIM PAULISTA	0,52
LESTE	IGUATEMI	2,29	CENTRO-OESTE	CONSOLAÇÃO	0,51
CENTRO-OESTE	VILA SÔNIA	2,18	SUDESTE	JABAQUARA	0,44
NORTE	TREMEMBÉ	1,88	LESTE	LAJEADO	0,42
SUL	JARDIM ÂNGELA	1,86	NORTE	MANDAQUI	0,42
SUDESTE	MOOCA	1,81	CENTRO-OESTE	PINHEIROS	0,37
CENTRO-OESTE	REPÚBLICA	1,79	NORTE	PIRITUBA	0,37
SUL	SANTO AMARO	1,69	NORTE	JAÇANÃ	0,30
CENTRO-OESTE	SANTA CECÍLIA	1,64	CENTRO-OESTE	BUTANTÃ	0,29
CENTRO-OESTE	SÉ	1,63	SUDESTE	PENHA	0,28
CENTRO-OESTE	JAGUARÉ	1,62	SUL	CIDADE DUTRA	0,26
SUDESTE	MOEMA	1,58	NORTE	CASA VERDE	0,24
SUDESTE	PARI	1,56	NORTE	SÃO DOMINGOS	0,24
SUDESTE	BRÁS	1,52	SUDESTE	SÃO LUCAS	0,21
LESTE	JOSÉ BONIFÁCIO	1,49	SUDESTE	VILA PRUDENTE	0,21
SUDESTE	TATUAPÉ	1,45	SUDESTE	VILA MATILDE	0,19
LESTE	SÃO RAFAEL	1,42	LESTE	ITAQUERA	0,17
SUDESTE	BELÉM	1,29	LESTE	VILA CURUÇA	0,17
CENTRO-OESTE	ITAIM BIBI	1,29	SUDESTE	VILA FORMOSA	0,10
NORTE	PERUS	1,27	SUDESTE	SAOPEMBA	0,08
SUL	PEDREIRA	1,25	LESTE	VILA JACUÍ	0,03
SUL	JARDIM SÃO LUIZ	1,14	LESTE	SÃO MATEUS	0,02
CENTRO-OESTE	LIBERDADE	1,11	NORTE	VILA MARIA	-0,03
SUL	CAPÃO REDONDO	1,10	SUDESTE	CANGAÍBA	-0,06
CENTRO-OESTE	BARRA FUNDA	1,04	NORTE	TUCURUVI	-0,09
LESTE	CIDADE TIRADENTES	1,04	SUDESTE	ÁGUA RASA	-0,11
SUDESTE	SAÚDE	1,03	SUL	CAMPO BELO	-0,13
SUL	CAMPO LIMPO	0,99	NORTE	FREGUESIA DO Ó	-0,18
SUL	CAMPO GRANDE	0,98	SUL	MARSILAC	-0,18
CENTRO-OESTE	BELA VISTA	0,95	NORTE	LIMÃO	-0,22
CENTRO-OESTE	RAPOSO TAVARES	0,94	NORTE	CACHOEIRINHA	-0,28
SUL	CIDADE ADEMAR	0,92	CENTRO-OESTE	ALTO DE PINHEIROS	-0,30
CENTRO-OESTE	LAPA	0,89	LESTE	JARDIM HELENA	-0,30
NORTE	VILA GUILHERME	0,84	CENTRO-OESTE	JAGUARA	-0,32
SUDESTE	SACOMÃ	0,83	SUL	SOCORRO	-0,34
CENTRO-OESTE	PERDIZES	0,82	LESTE	PONTE RASA	-0,44
LESTE	CIDADE LÍDER	0,81	NORTE	SANTANA	-0,48
SUL	GRAJÁ	0,79	SUDESTE	ARTUR ALVIM	-0,55
SUDESTE	IPIRANGA	0,78	SUDESTE	ARICANDUVA	-0,56
NORTE	BRASILÂNDIA	0,69	LESTE	SÃO MIGUEL	-0,56
SUDESTE	CURSINO	0,67	NORTE	VILA MEDEIROS	-0,78
			<b>MSP</b>		<b>0,76</b>

Fonte: Boletim CEInfo informativo do Censo Demográfico 2010 nº 02.

## ANEXO C – Gráfico do desenvolvimento das obras do PAC Cidades Históricas



Fonte: Produzido pelo autor a partir dos dados do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

## ANEXO D – Obras concluídas pelo PAC Cidades Históricas

(Números de 05/10/2018)

UF	Município	Ação	Valor
AL	Mar. Deodoro	Requalificação da Igreja do Carmo	2.364.670,70
AL	Penedo	Restauração do Casarão do Montepio dos Artistas	375.438,92
AL	Penedo	Restauração do Círculo Operário – Escola de Santeiros	1.130.446,44
AL	Penedo	Restauração do Casarão da Biblioteca de Penedo	951.996,86
AL	Penedo	Restauração dos Galpões da orla do rio – implantação da Escola Náutica, Oficina e Marina Pública	1.652.098,94
AL	Penedo	Restauração do Teatro Sete de Setembro	4.590.813,98
AL	Penedo	Requalificação Urbana do Largo de São Gonçalo	10.710.417,23
AL	Penedo	Restauração do Chalet dos Loureiros	2.716.084,10
AM	Manaus	Requalificação urbana da Praça XV de Novembro	6.554.352,14
BA	Salvador	Restauração da Igreja da Ordem Terceira de São Domingos	11.087.654,86
BA	Salvador	Restauração do Forte de São Marcelo	8.233.660,63
BA	Salvador	Restauração da Igreja do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo	11.304.294,11
BA	Salvador	Recuperação do Plano Gonçalves e edifício anexo – Casa do Carnaval	10.223.747,97
BA	Salvador	Restauração da Igreja do Corpo Santo**	3.541.800,00
BA	Salvador	Restauração da Catedral Basílica de Salvador	17.895.839,67
CE	Aracati	Restauração do Teatro Francisca Clotilde	2.131.147,79
CE	Sobral	Requalificação da Praça Samuel Pontes	584.517,52
CE	Sobral	Requalificação da Praça Senador Figueira	719.553,10
GO	Goiânia	Requalificação da Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira/Praça Cívica	12.523.929,48
GO	Goiás	Restauração do Casarão da Escola de Artes Veiga Valle	1.385.682,99
GO	Goiás	Recuperação da Ponte da Cambaúba	895.202,53
GO	Goiás	Restauração do Mercado Municipal	10.142.826,60
GO	Goiás	Requalificação da Sede da Diocese de Goiás – instalação do Arquivo Diocesano	1.332.768,12
GO	Goiás	Requalificação do Cine Teatro São Joaquim	10.134.975,15
GO	Goiás	Restauração da Sede da Prefeitura de Goiás	5.691.694,61
MA	São Luís	Restauração do sobrado da Rua da Estrela, 386 – FAPEMA	2.378.245,46
MA	São Luís	Restauração do sobrado da Rua da Estrela – Faculdade de História	2.740.734,55
MA	São Luís	Requalificação da Pç. Da Alegria	865.708,38
MA	São Luís	Restauração da Fachada de Azulejo do Sobrado da Praça João Lisboa, 37	570.007,04
MA	São Luís	Restauração do Teatro Arthur Azevedo	1.943.519,78

MA	São Luís	Restauração do Sobrado do Fórum Universitário – UFMA – Curso de Direito	3.339.599,27
MA	São Luís	Restauração do Palácio Cristo Rei – Reitoria da UFMA	2.365.532,22
MA	São Luís	Restauração do Museu de Artes Visuais	842.586,57
MG	Congonhas	Restauração da Igreja do Rosário	904.933,96
MG	Congonhas	Requalificação urbanística da Alameda Cidade Matozinhos de Portugal	2.298.435,56
MG	Congonhas	Restauração dos elementos artísticos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	1.398.370,69
MG	Congonhas	Restauração da Basílica do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos	2.277.338,61
MG	Diamantina	Requalificação da Praça JK	787.561,25
MG	Ouro Preto	Restauração dos Chafarizes do Centro Histórico	1.560.009,14
MS	Corumbá	Requalificação da Praça da República	1.059.464,50
MS	Corumbá	Requalificação da Praça da Independência	2.060.353,20
MT	Cuiabá	Restauração do Casarão Barão de Melgaço – IHGMT	690.463,60
MT	Cuiabá	Requalificação da Praça Senhor dos Passos	149.867,87
MT	Cuiabá	Restauração do Museu da Imagem e do Som de Cuiabá (MISC)	731.970,00
MT	Cuiabá	Requalificação da Praça Feirinha da Mandioca	129.405,26
PA	Belém	Restauração do Mercado de Peixe do Ver-o-Peso – Etapa final	2.482.668,91
PB	João Pessoa	Restauração do antigo Hotel Globo – sede da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (Copac-JP)	712.702,25
RJ	Vassouras	Restauração do Casarão da Casa de Cultura (Centro Cultural Cazuzza)**	138.839,00
RJ	Rio de Janeiro	Restauração da Biblioteca Nacional (fachadas)**	10.410.434,90
RJ	Rio de Janeiro	Restauração do Palácio Gustavo Capanema (fachadas e terraço-jardim)	28.204.941,54
RN	Natal	Requalificação das Praças do Centro Histórico (Praça do Estudante)	404.310,28
RS	Jaguarão	Finalização da restauração do Teatro Esperança	250.000,00
SE	Aracaju	Requalificação da Praça dos Expedicionários e entorno	1.073.027,44
SP	Iguape	Restauração da Antiga Casa de Fundação - Museu Histórico Municipal	837.125,16
SP	Santo André	Restauração da Casa de engenheiro (Atual Biblioteca)	89.900,54
SP	Santo André	Restauração do antigo Almoxarifado	339.807,64
SP	Santo André	Restauração das Oficinas de Manutenção	2.199.608,71
SP	Santo André	Restauração dos Galpões ferroviários – Garagem das Locomotivas	4.239.473,39
<b>TOTAL: 58 obras concluídas</b>			<b>219.352.561,11</b>

\*\*Investimentos privados ou de outrem

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>

## ANEXO E – Elementos listados para a preservação

ENDEREÇO	QUADRA FISCAL
Av. Cásper Líbero, 447	19
Av. Cásper Líbero, 633, 635, 641, 649	19
Rua General Couto de Magalhães, 280	19
Rua General Couto de Magalhães, 348	19
Rua General Couto de Magalhães, 484A, 484, 474, 470, 468 x Rua Mauá, 320, 324, 326	19
Rua Mauá, 332	19
Rua Mauá, 438, 440, 442, 446 X Cásper Líbero, 651, 653, 659, 661, 663, 667, 669, 673, 675.	19
Rua Mauá, 486, 490, 494, 500, 506, 512 X Av. Cásper Líbero, 654	20
Rua Mauá, 514, 520, 528, 530, 534, 540, 544, 548	20
Rua General Couto de Magalhães, 156 x Rua Washington Luis, s/n	26
Av. Cásper Líbero, 141, 143, 149, 157, 163, 171, 175 X Av. Ipiranga, 1272, 1276, 1284, 1290, 1296.	44
Av. Cásper Líbero, 59, 63, 65, 71, 73, 75, 79	44
Av. Cásper Líbero, 116, 126, 134, 144, 152 X Beneficência Portuguesa, 53, 55	45
Viaduto Santa Ifigênia, 255, 259, 263 x Rua Brig. Tobias, 69, 73, 77,81 x Rua do Seminário, 182, 186, 192, 194, 198	46
Largo Santa Ifigênia, 44 X Rua Brigadeiro Tobias, 175	46
Rua do Seminário, 156, 158, 162,172,176,178 X Rua Brigadeiro Tobias, 39, 51, 55, 57, 61	46
Viaduto Santa Ifigênia, 269, 271, 277, 281, 287, 291, 295, 299, 303; Rua do Seminário 202, 204, 208, 216, 218, 222	46
Rua Santa Ifigênia, 1, 7	53
Rua Santa Ifigênia, 25, 29, 31	53
Rua Santa Ifigênia, 57, 59, 61	53
Av. Duque de Caxias, 876, 880, 888, 892, 898 X Rua Santa Ifigênia, 755	58
Rua Santa Ifigênia, 721	58
Rua Santa Ifigênia, 725, 727, 733, 737	58
Av. Duque de Caxias, 934, 936, 946, 950	59
Rua General Osório, 160, 164, 172, 182	59
Rua Santa Ifigênia, 704, 708, 710, 714, 718	59
Rua Santa Ifigênia, 724	59
Rua General Osório, 22 X Largo General Osório s/n	60
Rua dos Gusmões, 394, 398, 406, 410 X Rua Santa Ifigênia, 555, 561, 565	65
Rua Santa Ifigênia,579, 581	65
Rua Santa Ifigênia, 567, 569	65
Rua Santa Ifigênia, 573, 577	65
Rua Santa Ifigênia, 585, 589	65
Rua Santa Ifigênia, 603	65
Rua Santa Ifigênia, 611, 615	65

Rua General Osório, 235, 239, 245, 249, 253, X Rua Santa Ifigênia, 619, 625, 627	66
Rua Santa Ifigênia, 568	66
Rua Santa Ifigênia, 574	66
Rua Santa Ifigênia, 578	66
Rua do Triunfo, 229	67
Rua do Triunfo, 285, 289	67
Rua do Triunfo, 293	67
Rua do Triunfo, 301, 305	67
Rua do Triunfo, 307, 309 X Rua General Osório, 21	67
Rua dos Gusmões, 202	67
Rua dos Gusmões, 210	67
Rua dos Gusmões, 214	67
Rua General Osório, 25	67
Rua General Osório, 49, 51, 53	67
Rua do Triunfo, 220, 240 X Rua dos Gusmões, 152	68
Rua dos Gusmões, 136, 140, 144	68
Rua Santa Ifigênia, 485, 489	73
Rua Santa Ifigênia, 490, 494, 498	74
Rua Santa Ifigênia, 502, 506	74
Rua do Triunfo, 137, 137A, 145, 147, 153	75
Rua dos Gusmões, 219, 221	75
Rua dos Gusmões, 229, 231	75
Rua do Triunfo, 166	76
Rua dos Gusmões, 129, 131	76
Rua dos Gusmões, 135, 139, 147 X Rua do Triunfo, 192, 194	76
Rua Santa Ifigênia, 339, 345, 349, 355, 361 X Rua Aurora, 242, 248, 254 (Palacete Lellis)	81
Rua Santa Ifigênia, 367, 373	81
Rua Santa Ifigênia, 375, 379	81
Rua Santa Ifigênia, 383, 389	81
Rua Santa Ifigênia, 395, 399	81
Rua Santa Ifigênia, 401, 403, 407	81
Rua Vitória, 343, 345	81
Rua Vitória, 349, 351	81
Rua Santa Ifigênia, 338, 342, 348, 352, 358 X Rua Aurora, 182	82
Rua Santa Ifigênia, 364	82
Rua Santa Ifigênia, 370	82
Rua Santa Ifigênia, 378	82
Rua Santa Ifigênia, 386	82
Rua Santa Ifigênia, 390	82
Rua Santa Ifigênia, 410, 414	82
Rua Santa Ifigênia, 420	82
Rua Santa Ifigênia, 424	82
Rua Santa Ifigênia, 432 X Rua Vitória, 267	82
Rua Vitória, 223	82

Rua Aurora, 22, 28	83
Rua dos Timbiras, 216, 220, 224, 228, 232 X Rua Santa Ifigênia, 247, 251	88
Rua dos Timbiras, 238, 242, 248	88
Rua Santa Ifigênia, 264, 270, 276	89
Rua Santa Ifigênia, 163, 169, 173	93
Rua Santa Ifigênia, 195, 197	93

Fonte: Texto de apoio para Audiência Pública. 16/04/2018. Disponível em:

<[http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Proposta-de-](http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Proposta-de-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-Tombamento-do-bairro-Santa-Ifig%C3%AAnia-Texto-de-apoio-para-Audi%C3%AAncia-P%C3%BAblica-16.04.18.pdf)

[Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-Tombamento-do-bairro-Santa-Ifig%C3%AAnia-Texto-de-apoio-para-Audi%C3%AAncia-P%C3%BAblica-16.04.18.pdf](http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Proposta-de-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-Tombamento-do-bairro-Santa-Ifig%C3%AAnia-Texto-de-apoio-para-Audi%C3%AAncia-P%C3%BAblica-16.04.18.pdf)>.

## ANEXO F – Lista dos 32 imóveis sugeridos para inclusão

<b>NOME DO EDIFÍCIO</b>	<b>ENDEREÇO</b>
Condomínio Santa Júlia	Av. Cásper Líbero, 58, 70, 72, 80
Palácio da Imprensa	Av. Cásper Líbero, 88
	Av. Cásper Líbero, 353, 359, 363, 367 e 371
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt	Av. Cásper Líbero, 370
Edifício Itaúna	Av. Rio Branco, 278, 280 x Rua dos Timbiras, 300, 316
Hotel Las Vegas	Av. Rio Branco, 492 x Rua Vitória, 300 e 390
Edifício Comendador José Martinelli	Avenida Ipiranga, 1097
Hotel Internacional São Paulo	Av. Ipiranga, 1198 x Rua Santa Ifigênia, 116, 110, 106 e 102
Residencial Ipiranga	Av. Ipiranga, 1228, 1234, 1244, 1248 e 1268
Edifício dos Andradas	Av. Ipiranga, 1263, 1267 x Rua dos Andradas
Edifício Guanabara	Av. Ipiranga, 1051, 1071, 1077 x Av. Rio Branco, 200
Edifício Mococa	Av. Ipiranga, 1130, 1134, 1138 e 1142
Condomínio Edifício Paissandu	Largo do Paissandu, 88, 100, 106, 110A x Rua Capitão Salomão
Prédio Itaquerê	Rua Antonio de Godoi, 76, 78, 80, 88, 96, 96A
Prédio Campanário	R. Antonio de Godoi, 114, 122, 126 x R. Seminário, 219, 223
Palacete de José de Vasconcelos de Almeida Prado	Rua Beneficência Portuguesa, 29
Edifício Mara	R. Brigadeiro Tobias, 225, 241, 247, 251 x R. Cel. Batista da Luz, 22
Palácio da Polícia	Rua Brigadeiro Tobias, 527
Edifício Farol	Rua Capitão Salomão, 26 x Rua do Seminário, 131
Hotel Paissandu	Rua do Seminário, 143, 155
Hotel Center	Rua Coronel Batista da Luz, 36, 44 e 50
Antigo Bar e Restaurante Soberano	Rua do Triunfo, 155
Hotel Chaves	Rua dos Andradas, 604 x Praça Julio Prestes, 56
Hotel Tupy	Rua dos Gusmões, 300, 304 e 306
	Rua dos Gusmões, 412
	Rua dos Gusmões, 424, 428, 430
Edifício Irradiação	Rua Senador Queiros, 85, 93, 101, 103, 111 x R. Brigadeiro Tobias, 475, 483
Edifício Santa Nazareth	Rua Senador Queiros, 86, 96 x R. Brigadeiro Tobias, 407, 421
Hotel Michel	R. Washington Luís, 335, 345, 351, 359, 367
Sede do IAPC	Viaduto Santa Ifigênia, 266 x Rua Brigadeiro Tobias, 111
	Rua dos Gusmões, 330, 334, 338, 344
Palacete Martins Costa	Av. Ipiranga, 1058, 1064, 1070 x Av. Rio Branco, 128, 134, 140

Fonte: Texto de apoio para Audiência Pública. 16/04/2018. Disponível em:

<[http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Proposta-de-](http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Proposta-de-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-Tombamento-do-bairro-Santa-Ifig%C3%AAnia-Texto-de-apoio-para-Audi%C3%AAncia-P%C3%BAblica-16.04.18.pdf)

Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-Tombamento-do-bairro-Santa-Ifig%C3%AAnia-Texto-de-apoio-para-Audi%C3%AAncia-P%C3%BAblica-16.04.18.pdf>.